

Este exemplar corresponde
à redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
comissão julgadora em

16/12/91

Dr.

Wanderley

CULTIVOS ENTRELAÇADOS: DOS CAMPOS E DOS HOMENS

Estudo sobre a agricultura familiar em São Paulo

Fernando Antonio Lourenço

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Dissertação de Mestrado
Apresentada ao Departamento de
Sociologia do Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da UNICAMP

Dezembro de 1991

INDICE

INTRODUÇÃO	2
I. A FORMACAO	7
II. AS ENTRETRAMAS	48
III. A REPRODUÇÃO	69
Bibliografia	88

"Somente quem soubesse considerar o próprio passado como fruto da coação e da necessidade seria capaz de fazê-lo, em cada presente, valioso ao máximo para si. Pois aquilo que alguém viveu é, no melhor dos casos, comparável à bela figura à qual, em transportes, foram quebrados todos os membros, e que agora nada mais oferece a não ser o bloco a partir do qual ele tem de esculpir a imagem de seu futuro".

Walter Benjamin

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, pretendo discutir alguns aspectos relativos à formação e reprodução da agricultura familiar em São Paulo. Este trabalho é resultado de duas pesquisas de campo sobre a produção familiar de algodão nos municípios de Leme e Araras em São Paulo. Estas pesquisas foram coordenadas pela Profa. Maria de Nazareth Baudel Wanderley e desenvolvidas na área de Sociologia Rural, do Departamento de Sociologia da UNICAMP. As conclusões gerais a que chegamos se encontram apresentadas em dois outros textos que indico ao leitor.¹ O que faço nessa dissertação é apenas uma interpretação do que se encontra mais rigorosamente demonstrado nestes dois trabalhos. O mote desta interpretação será o que considero a particularidade da produção familiar na região estudada: a sua grande dependência por trabalho alheio. O que procurarei aqui demonstrar é que essa "singular ocorrência" é imposta e

1. Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão na região de Campinas, São Paulo. Campinas, Unicamp, 1988. (Cadernos do IFCH, 19) e Brumer, Anita; Duqué, Ghislaine; Lourenço, Fernando Antonio e Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. "L'Agriculture familiale au Brésil". In: Lamarche, Hugues (coord.). L'Agriculture Familiale - comparaison internationale. I - Une réalité polymorphe. Paris, Editions L'Harmattan, 1991, p. 150-208.

facultada pela estrutura das relações sociais que sustenta o "estilo de desenvolvimento" de nossa modernização agrária.

Meu ponto de partida, no primeiro capítulo, é a memória e significado do trabalho elaborado pelos produtores familiares. Estudo a disposição subjetiva desses trabalhadores de se transformarem em proprietários. Em que pesem as adversidades, alguns o conseguiram. Mas a sua necessária vontade e determinação não seriam suficientes para seu sucesso não fossem outros componentes. No capítulo seguinte, descrevo algumas das "condições objetivas" e seu significado na trajetória de ascensão social dos agricultores aqui estudados. Falo das outras estratégias, complementares ou contraditórias, que, articuladas àquela disposição subjetiva, lhes possibilitaram ascender seletivamente à condição de proprietários de terras. Por último, interpreto algumas de suas estratégias fundiárias e produtivas simultaneamente às representações simbólicas que formulam sobre elas. Procuro encontrar as lógicas que predominantemente orientam sua relação com a terra, com os demais meios de trabalho e com o trabalho familiar e alheio.

A forma de manifestação concreta da produção familiar em Leme e Araras me fez lembrar das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Num comentado capítulo, "O Vergalho", Brás Cubas relata seu inusitado reencontro com Prudêncio, seu antigo escravo, agora liberto. Quando criança, Prudêncio era alvo

das travessuras do seu dono: Brás Cubas "montava-o, punha-lhe um freio na boca e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria".

No reencontro, Brás Cubas se depara com Prudêncio chicoteando, em praça pública, um negro, seu escravo, que a cada gemido, tem de Prudêncio a réplica "Cala a boca, besta", dita com a mesma sofreguidão que outrora ouvia de seu dono. Prudêncio, "desaguilhoado da antiga condição", descontava agora o vergalho recebido.

No capítulo seguinte, "Um grão de sandice", aparentemente sem nenhuma relação com o capítulo anterior, Brás Cubas remete-nos a um outro episódio, retratando a "sandice" de Romualdo, que se dizia "o ilustre Tamerlão": no passado, Romualdo, mas que adoeceu e "tomou tanto tártaro, tanto tártaro, tanto tártaro" que ficou "Tártaro, e até rei dos Tártaros".

Nas palavras de Brás Cubas, "o tártaro tem a virtude de fazer Tártaros". Roberto Schwarz comenta esta "insinuação venenosa" de Machado de Assis: "Passada a surpresa o leitor dado a charadas entenderá que Tártaro (guerreiro reputado pela selvageria) resulta do tártaro ingerido, como a crueldade do negro liberto — chocante por sugerir que o

sofrimento não ensina nada - é filha das pancadas recebidas que lhe haviam dado os seus senhores".²

Se aqui, e em outros momentos, abusei das ilações, é porque acredito que a sociologia só conseguirá evitar sua ossificação se não abrir mão de ser uma forma fecunda de se pensar sobre a condição humana.

Por último, gostaria de agradecer a Maria de Nazareth Baudel Wanderdey pela paciente orientação, a Flínio Dentzien e Evaldo Silva pela assessoria em estatística e informática, aos colegas, funcionários e estudantes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. A Wilma, dedico com amor.

² Schwarz, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo, Duas Cidades, 1990, p. 107.

Capítulo I: A FORMAÇÃO

Os precários e parciais progressos de uma ligeira modernização, simultâneos, apesar das resistências, a uma secular exclusão política dos trabalhadores, engendraram um iníquo processo de integração e diferenciação nas formas da produção familiar. Apesar das modalidades de exploração do trabalho se transformarem sensivelmente, a sujeição e a pobreza da maior parte dos homens, mulheres e crianças que realizam os trabalhos dos campos transpõem as contingências do tempo e de lugar na história da agricultura brasileira. A permanência deste legado colonial e escravista nos dias de hoje é reposta insidiosamente, mesmo onde se observam notáveis melhoras nas condições de trabalho e bem estar dos modernos produtores familiares. Ainda não desobrigados das tarefas de amanho e cultivo da terra, lhes cabe também o

trabalho de superintendência e direção dos exaustos e explorados trabalhadores das colheitas. Mais do que uma escolha racional ou um estigma de seu ethos pequeno-burguês, a exploração de trabalhadores temporários é uma imposição inescapável a que os produtores familiares se encontram obrigados. Sua sede de trabalho alheio torna explícita a parte retrógrada de nossa modernização.

Ao relatarem como era o seu trabalho no passado, os produtores familiares se recordam dos tempos em que ainda não eram proprietários e, na condição de assalariados agrícolas, como colonos, ou então na condição de parceiros, como meeiros, já cultivavam o algodão, o café e suas culturas alimentares. Como os demais trabalhadores, eles também foram coagidos pelo "açoite, o ferro em brasa e a tortura", e convencidos, pela "educação, tradição e costume" a acolherem em seu íntimo a autodisciplina requerida pelas formas modernas de produção social.¹ Seu adestramento para o "cativeiro voluntário" assumiu formas das mais cruéis e tornou-se impossível esquecê-lo. Se fez memória e ainda não parou de doer.

"Imprime-se algo a fogo, para que permaneça na memória: somente o que não cessa de fazer mal permanece na memória" — eis uma proposição-mestra da mais antiga (infelizmente também da mais prolongada) de todas as psicologias da terra... Nunca nada se passou sem sangue, martírio, sacrifício, quando o homem achou necessário se fazer uma memória; os mais arrepiantes sacrifícios

1 Marx, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo, Nova Cultural, 1988. Livro primeiro, tomo 2, p.267.

e penhores (entre os quais o sacrifício do primogênito), as mais repugnantes mutilações (por exemplo, as castrações), as mais cruéis formas rituais de todos os cultos religiosos (e todas as religiões são, em seu fundamento último, sistemas de crueldades) - tudo isso tem sua origem naquele instinto que advinha na dor o mais poderoso meio auxiliar da mnemônica".²

Ao recordarem suas vidas, os produtores familiares não dissociam dor e trabalho. "Eu já fui sofrido, sofrido... Eu já trabalhei demais". "O trabalho na terra é sofrido". Ao contrário dos ascetas, que "escolhem deliberadamente uma vida de dor e sofrimento"³, a lembrança do passado lhes provoca um certo ressentimento dos tempos em que eram obrigados a trabalhar para os outros. A obrigação foi acolhida, mas lhes cravou um agulhão. O desgosto de terem sido colonos ou meeiros não impede, porém, que suas fadigas e sacrifícios também sejam relembrados com orgulho e expressos enquanto uma virtude que contrapõe à malemolência caipira e à teimosia dos volantes. A representação que o produtor familiar faz do trabalho vai de par com sua seletiva ascensão à condição de trabalhador proprietário. A propriedade da terra, adquirida sob condições excepcionais e por meio de seu próprio esforço, lhe conferiu, reduzida e momentaneamente, o poder de dispor do trabalho alheio, mas não o excluiu das sujeições comuns aos que trabalham. Assim como o soldado que foi promovido, ele agora também pode

2 Nietzsche, Friedrich. Para a Genealogia da Moral. in Obras incompletas. São Paulo, Abril Cultural, 1974. p.312-313. (Os pensadores XXXII)

3 Moore Jr, Barrington. Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo, Brasiliense, 1987. p.82.

comandar os outros. "Sua situação -se bem que de maneira muito restrita- se inverteu. Ele deve exigir coisas que anteriormente foram exigidas dele próprio".⁴

A memória do trabalho na cultura do algodão é um exemplo de suas experiências de dor e sacrifícios. As descrições agrônômicas também as registram. Por volta dos anos 40, não obstante o uso mais generalizado dos arados de aiveca e de discos, das grades, dos cultivadores e da tração animal, os produtores ainda utilizavam, em larga medida, as rudimentares foices, enxadas e enxadões para o preparo da terra. Apesar das "matracas", um tipo de semeadeira manual, e do aparecimento das primeiras semeadeiras e adubadeiras mecânicas, ainda se valiam dos próprios órgãos corporais como instrumentos principais das tarefas de plantio. A fim de limpar a terra para um novo cultivo, arrancavam e queimavam as soqueiras da vegetação anterior. Nas raras situações em que se impunha o desbravamento das matas, pois se trata de região de ocupação antiga, começavam por derrubar, queimar e roçar árvores e arbustos. Quando possível, restava ainda destocar os troncos e tocos para o preparo do solo.

"O primeiro pedaço que eu comprei tinha cinco alqueires, era carrascã, eu precisei fazer tudo, destoquei tudo no enxadão e nos braços, eu com a minha esposa, minha esposa trabalhou demais, trabalhou demais.... No tempo de animal a gente arava tudo com o aradinho de burro. Naquele tempo

4 Canetti, Elias. Massa e poder. São Paulo, Melhoramentos, Brasília, Ed. Universidade de Brasília. 1983. p.351.

para preparar a terra sem trator precisava arar, gradear, roletear ... Rolete é um pauzão grosso, ele vai virando para arrebentar os torrões. Depois a gente riscava, passava um animal com o riscador, e na época da planta a gente riscava no lombo, por causa do mato. Um ia riscando na frente, outro vinha adubando atrás, com a adubadeirinha, e outro plantando atrás. Precisava passar três vezes no risco, três animais no risco para ficar pronto. Para se plantar um alqueire de terras se levava dois dias, em três pessoas e quatro animais, porque para riscar justamente precisa dois, pra um só é muito pesado. Isso daí eu fiz bastante tempo".

Após arar e sulcar a terra com auxílio de tração animal, prática comum, mas que na sua impossibilidade era substituída por covas abertas a enxada, os produtores adubavam e semeavam manualmente, cobrindo os sulcos com seus pés descalços cuidando para não calcarem demasiadamente a terra. "Os pés ficavam grossos... todos trabalhavam inclusive as mulheres".

Note-se, de passagem, que a descrição do trabalho sempre envolve os membros da família do agricultor. Na sua experiência e memória, o trabalho é identificado como um trabalho de toda a família, como um trabalho familiar.

O uso mais generalizado da tração animal, dos instrumentos aratórios e dos novos artefatos, como adubadeiras, plantadeiras e cultivadores, reduziu as operações manuais, mas não libertou os lavradores da compulsão do trabalho árduo. A realidade é explícita. Após a germinação das plantas, cabia desbastá-las, eliminando o

excesso por linha e por covas. Na opinião dos agricultores, esse é o "pior serviço que tem... você tem que ficar abaixado o dia inteiro, você não aguenta com as costas e com as pernas". A penosidade desta tarefa também não passa despercebida nos manuais de instruções práticas para a cultura do algodoeiro: "A operação é manual. O operador caminhando ao lado das fileiras vai arrancando as plantas em excesso. É conveniente deixar as plantas mais sadias e mais desenvolvidas". Como as plantinhas atingem nesse momento aproximadamente um palmo de altura, o "operador", se fosse adulto, deveria caminhar pelas linhas com seu corpo arqueado. Para atenuar a fadiga duas recomendações práticas eram então sugeridas: "A posição forçada a que o operador fica obrigado torna a operação cansativa, especialmente para os adultos. As crianças a efetuam com menos sacrifícios. O uso de uma bengala para apoiar o corpo alivia o esforço".⁶ A bengala, objeto de apoio de muitos dos excluídos da produção, é refuncionalizada em ferramenta do trabalho produtivo. A referência sobre as vantagens do trabalho das crianças não se limita tão somente a esta fase mas, assim como o trabalho das mulheres, triunfará como verdadeira regra da "constituição do trabalho" da agricultura moderna, exatamente naqueles momentos em que se torna imperiosa uma mão-de-obra abundante e disciplinada, como na colheita do algodão. Mas se a colheita persiste, até os dias de hoje,

5-Righi, Nilson R.; Ferraz, Carlos A. M.; e Corrêa, Domingos M. "Cultura" In: Vários Autores. Cultura e adubação do algodoeiro. São Paulo, Instituto Brasileiro da Potassa, 1965. p. 283.

como tarefa manual, o desbaste atualmente só é praticado por um pequeno número de produtores na região. A adoção de sementes especiais e novas técnicas de plantio tem, como veremos, dispensado a necessidade da raleação. Será na colheita que a sede de braços persistirá desmedida. Antes, porém, resta reconstituir outras etapas não menos fatigantes do trabalho agrícola, como as capinas e o combate às pragas.

"O forte do lavrador do algodão é a enxada e com esta humilde 'machina agrícola' o nosso trabalhador rural faz tudo. O seu papel principal deve ser aquele de eliminar as ervas daninhas entre as covas, nas fileiras. Desde o desbaste até o desenvolvimento final da planta será necessário correr a lavoura pelo menos três vezes com a enxada. ...É necessário que o lavrador, ou seu substituto -administrador- esteja sempre presente durante as capinas, verificando se o trabalho está sendo bem executado. Parece que o trabalhador por dia será melhor do que o de tarefa, para o trabalhador não ser muito apressado em acabar, em prejuízo do trabalho efetuado"⁶.

A vigilância da lavoura tinha que ser constante. De um lado, caberia livrar o algodão dos matos e das ervas daninhas, em particular daquelas que ameaçavam desvalorizar a fibra do algodão, como o picão e o carrapicho. Por muito tempo, a enxada foi o principal instrumento desta tarefa. Sem abandoná-la por completo, os produtores adotam progressivamente as técnicas dos cultivos mecânicos a tração animal. Por outro lado, restaria por vigiar o próprio trabalhador das capinas. Fosse o caso de um trabalhador proprietário, se eliminaria a necessidade da difícil tarefa

⁶ Hunnicutt, Benjamin H. Algodão: cultivo e comércio. São Paulo, São Paulo Editora Limitada, 1936. p.73-74.

de supervisão do trabalho agrícola, já que ele mesmo ou os demais membros da unidade familiar teriam como finalidade o bom resultado da lavoura, em que pesem as observações de Kautsky de que "o pequeno lavrador não só mete o chicote em si mesmo, mas dele também se serve para pôr a trabalhar, igualmente, a sua família"⁷. Fosse o caso de um produtor familiar ainda na condição de colono, embora incentivado pela sua cota-parte, seria sobre ele que recairia o olhar vigilante do feitor ou, em versão mais moderna, do administrador. Convertendo-se, por fim, o mesmo produtor familiar em supervisor do trabalho alheio, a autocoerção não lhe bastaria. Se importaria então a conduta que aprendemos com Canetti: "ele deve exigir coisas que anteriormente foram exigidas dele próprio", transferindo para outros o que antes fora o seu sofrimento. A orientação agrônômica que sugere um salário por tempo como forma de pagamento pela capina, recomendará, na colheita, o salário por produção. Esta remuneração variada será uma fiel companheira da intensificação do trabalho agrícola, principalmente naqueles momentos em que se torna mais difícil a sua supervisão.

Sentinela da lavoura, o lavrador também deve estar atento ao surgimento das primeiras pragas. Trava com estas, como sugere Monbeig, uma luta incessante. Os manuais de

⁷ Kautsky, Karl. A questão agrária. São Paulo, Nova Cultural, 1986. p.100.

cultivo, que já na década de 30 eram dirigidos aos "pequenos lavradores", insistiam repetidamente:

"E preciso vigiar o algodoal. - Deve-se vigiar o algodoal, todos os dias, sobretudo de Dezembro a Janeiro, quando começa a aparecer o curuquerê. Olhar bem as folhas por baixo, e se se encontrarem lagartas, tratar logo de combatê-las com veneno... Se com a primeira pulverização, a lagarta voltar, faça-se nova pulverização. O que se gastar a mais será recompensado pela produção que se salva".

Este tipo de fiscalização, porém, foi considerado insuficiente pela própria pesquisa agrônômica, porque se limitava a um "combate curativo" quando o que se impunha nesta luta era um "combate preventivo". Apesar do aumento inevitável dos gastos, os manuais passam a recomendar aplicações de veneno antes mesmo do aparecimento das primeiras pragas:

"Quer o lavrador tenha ou não tenha visto a lagarta no seu algodoal, ele deve fazer (...) a primeira pulverização contra o curuquerê, efetuando a segunda quinze a vinte dias após a primeira, e a terceira quinze a vinte dias após a segunda (...). O lavrador não deve fazer economia na compra do veneno porque é preferível gastar uma quantia certa e relativamente pequena na aquisição da droga e dos pulverizadores, do que arriscar a perder alguns contos de réis com os prejuízos decorrentes de um ataque da praga".

A aplicação de venenos para o controle de pragas não era tão intensa quanto hoje, embora muito mais penosa. Até o

8 A Cultura do algodoeiro - instruções práticas aos pequenos lavradores. São Paulo, Diretoria de Publicidade da Secretaria da Agricultura, 1930. p.9-10. Este folheto era distribuído gratuitamente pela Secretaria da Agricultura aos agricultores do estado.

9 Martins, R. Cruz. Instruções práticas sobre a cultura do algodoeiro. Instituto Agrônomo de Campinas, 1934. p.17.

final dos anos 40, os produtos mais utilizados pelos agricultores, que tinham possibilidade de adquiri-los, eram o arseniato de chumbo, em pasta ou em pó, o arseniato de cálcio e o verde paris. Seus custos, como os próprios técnicos admitiam, eram elevados, o que reduzia em muito sua utilização, principalmente pelos "modestos cultivadores" de algodão. No entanto, como um padrão mínimo de produtividade vai se impondo progressivamente, abaixo do qual a cultura seria economicamente desvantajosa, os produtores que persistem acabam tendo que incorporar o uso regular dos venenos. Sua aplicação era extenuante. A tarefa não se limitava apenas à pulverização, mas como todos aqueles produtos devêriam ser diluídos em água, os agricultores tinham que providenciar seu transporte em grande quantidade até as plantações ou então ali construir reservatórios.¹⁰ Só a partir dos anos 50 é que os produtores passarão a utilizar os chamados "pesticidas milagrosos", como o DDT e o BHC.

Em 1964, um diagnóstico sobre a cultura do algodão, elaborado pela Casa da Agricultura de Leme, informava que o uso dos inseticidas modernos se encontrava "totalmente difundido e aceito pelos cotonicultores". O número das aplicações variava entre três a oito tratamentos. Tanto a

¹⁰ Rui Albuquerque calculou que a "média agregada sugerida era de 100 quilos de inseticida por alqueire em 500 a 800 litros de água para fazer a solução". Albuquerque, Rui H. P. L. de. Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: as relações de produção na cotonicultura paulista 1920-1950. São Paulo, Mucitec; Brasília, CNPq, 1983. p.229. Ver também Monbeig, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo, Mucitec e Polis, 1984. p.295.

pulverização como o polvilhamento eram operações ainda não mecanizadas na região. O já referido "operador" se valia então de implementos manuais de costa ou de peito. Estimava-se um consumo médio de 30 a 40 quilos de inseticida por alqueire. Os produtos e suas combinações preferidas eram, nas aplicações por via seca (pós), o DDT com tiofosfatos, metílico ou etílico, e o DDT com malix (Thiodan) e tiofosfatos; nas formulações líquidas, os mais utilizados eram o metasystox, endrex e tiofosfatos.¹¹ A memória dos produtores desta "luta constante contra as pragas" reconstitui bem o seu próprio martírio:

"Era sofrido, sofrido, sofrido, porque agora no momento ainda tem umas bombas de costa meia ajeitada mas logo no começo, que nós começamos, não tinha. Era umas bombinhas que iam aqui na frente, com uma manivelinha, a gente já ia com a boca em cima do veneno, o veneno já ia aqui na frente, na cara da gente, o senhor trabalhava umas duas horas e já não aguentava de dor, que queimava, trabalhei muitos anos com aquela bombinha, era triste mesmo".

Poucos anos bastaram para que a mesma Casa da Agricultura reconsiderasse, em seus programas de trabalho, a orientação dos agricultores para a utilização mais adequada dos inseticidas modernos:

"Grande é o número de lavradores que, na região, usam defensivos tóxicos. Os levantamentos feitos para o diagnóstico indicam que grande maioria deles desconhece os princípios do seu uso correto, tanto no que concerne à sua própria saúde

¹¹ Programa de trabalho da Casa da Lavoura de Leme. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Departamento da Produção Vegetal, 1964. p. 20.

(operador), como da saúde do consumidor, principalmente para os produtos consumidos in natura.

A existência de extensa área cultivada com algodão, acrescida pela do amendoim, do café, citrus e outras, demonstram a necessidade de uma campanha esclarecedora junto aos lavradores da região, no sentido de instruí-los e alertá-los quanto aos produtos que podem ser utilizados sem ou com menor perigo à saúde do operador.

As ocorrências de acidentes, por vezes graves com os operadores, demonstram que apesar de já ter-se difundido os princípios do uso correto dos defensivos tóxicos, das máquinas de aplicação, e do modo e tempo de aplicar, ainda resta muito por fazer, justificando-se, desta maneira o ataque deste problema na região".¹²

A contaminação ambiental e a intoxicação humana são partes do preço que os produtores familiares tiveram que pagar para aumentar seus rendimentos e se enquadrar entre os agricultores modernos. Sua tecnificação, na arguta observação de Juarez Rubens Brandão Lopes, "mais do que uma oportunidade representou uma imposição".¹³ Com o silêncio ou o esquecimento deste constrangimento, a força obrigatória da modernização ganha o peso da necessidade, se naturaliza e torna-se inevitável. Daí a convicção de que a culpa pelos "acidentes" seria tão só do próprio agricultor e não do processo de valorização, que o converte em mais um "culpado-vítima". Em semelhança com os prisioneiros de *A colônia penal*, que têm a sentença talhada em seus corpos por uma *máquina de escrever a lei*, ou dos condenados nos campos

12 Cultura do Algodão. Diagnóstico local. Casa da Agricultura de Leme. São Paulo, CATI, 1969. p.33.

13 Lopes, Juarez Rubens Brandão Lopes. "Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970)". Estudos CebRAP, 22, Out./dez. 1977. p.94.

soviéticos que tatuavam no próprio rosto as frases "Escravos de Kruchtchev" ou "Escravo do P.C.U.S"¹⁴, os produtores de algodão (os "operadores"), entre os quais a intoxicação é endêmica, inscrevem e suportam em seus corpos as marcas inesquecíveis dos resíduos químicos manuseados no trabalho:

"Eu tinha 17 anos (por volta de 1960). Ao entrar nesse batente, a gente entrou assim meio sem orientação por que era meio moleque, já tive a primeira intoxicada com defensivo. O veneno é chamado defensivo, né? Eu me lembro muito bem: o Rhodiatox. Esse me derrubou pela primeira vez... E dali pra cá ainda tive cinco intoxicada. Nessas então eu fui hospitalizado... Muitas coisas ficaram marcadas em mim... Eu tenho problema com o fígado devido a essas intoxicações. Mas dá pra ir vivendo... Dizem que aquele veneno, o organo-clorado, fica aquele resíduo no sangue da pessoa. Eu só gostaria de examinar meu sangue pra ver se tem organo-clorado nele... Inclusive eu acho que esse porém de eu ter um filho só, eu vou atribuir isso às intoxicações que eu tive".

A colheita era, como hoje, manual. Como o valor comercial do algodão é determinado pela sua qualidade e pelo seu tipo, quanto mais seco e livre de impurezas, melhor sua classificação. Capulhos úmidos ou com sujeiras, como cascas, cabos e folhas, perdem em muito seu valor. Como alertam os produtores, esta tarefa tem que ser feita com celeridade ("não se pode perder tempo") e precisão ("capricho"). Na apanha manual, reitera-se a coação por um procedimento eficaz do "operador".

¹⁴ Clastres, Pierre. "Da tortura nas sociedades primitivas". In A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978. p.123-131.

"A colheita pode ser feita por qualquer pessoa, mas bem feita e com grande rendimento somente por aqueles que possuem agilidade e resistência. A resistência é necessária, porque o corpo da pessoa permanece o dia inteiro com as costas inclinadas, e agilidade, porque as mãos devem pegar o capulho e com um só movimento retirar todo o algodão da cápsula (...). Há apanhadores de uma arroba até 4 ou 5 por dia. A média de um bom apanhador deve ser 3 arrobas, mas para alcançar essa média é necessário que o algodão esteja bem aberto e o trabalhador seja diligente. Em regra, as mulheres e as crianças mais idosas conseguem mais do que os homens. Sendo o serviço sempre pago por arroba, é costume, como no café, trabalhar toda a família junta no serviço".¹⁵

No passado, era comum a participação exaustiva de toda a família nesta tarefa. Os produtores recordam que quando jovens ainda colhiam quantidades muito acima da média, ou então de seus filhos que disputavam entre si e com outros para ver quem conseguiria apanhar algodão em maior quantidade.

"Nós de casa por exemplo, nós da nossa família, quando alguém fala que cata pouco algodão, nós admira porque nós todos catava bastante. E cata bem. Eu tenho dois irmãos que é fora de série, não tem quem cata igual a eles. Pode até ter quem cata igual, mas não é fácil. Cata doze, treze arroba por dia, até quinze já chegaram a colher. Chegaram a colher e colhe, colhe a hora que quiser, assim se eles pegar pra colher. Tem que pegar cedo. Não perder tempo. E das seis horas às seis. Mas é assim. Tem que ser esperto. Não pode perder tempo. Se perder tempo não rende também".

No entanto, frequentemente a área plantada ultrapassava em muito as possibilidades da mão-de-obra familiar, que a suplementava com outros trabalhadores eventuais, às vezes

¹⁵ Hunnicutt, Benjamin H., op. cit., p.119.

"gente da própria cidade", mas nem sempre disponíveis na época e na proporção que precisavam. Assim como seus ex-patrões, os produtores familiares tinham que buscar alhures a força de trabalho que lhes faltava. Não eram poucas as acirradas disputas entre os agricultores em busca de mão-de-obra complementar. A colheita, como também a raleação e a capina, colocava, e ainda persiste repondo, o perene problema da *"constituição do trabalho"* na agricultura moderna, o de como acomodar a quantidade de braços com as carências irregulares da lavoura.

"O problema mais importante que qualquer constituição do trabalho no campo tem que resolver, em especial nas grandes unidades agrícolas que utilizam, não a força de trabalho familiar do proprietário, mas exclusivamente a força de trabalho alheia, é a questão da distribuição desigual de trabalhadores requeridos em cada uma das estações do ano. Este fenômeno é bem intenso nos cultivos temporários, especialmente na beterraba-de-açúcar, como também em grande medida no cultivo de cereais, onde se necessita intensamente força de trabalho nas épocas de preparação do solo e durante a colheita, ao contrário do restante do ano. Por isso, via de regra, a agricultura, especialmente a da grande propriedade, além do conjunto fixo de trabalhadores, permanentemente à disposição da propriedade e ocupados todo o ano, necessita periodicamente de força de trabalho adicional; e as peculiaridades típicas de qualquer constituição do trabalho estão fundamentadas nas formas de suprimento destes dois tipos de demanda da força de trabalho".¹⁶

16 Weber, Max. "A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além-Elba - 1892". In: Silva, José Graziano da. e Stolcke, Verena. (org.) A Questão Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981. p.20.

De forma análoga, os produtores familiares de algodão também adotarão o recurso, precário em seu início, de aumentar o contingente de braços através da contratação de turmas de trabalhadores. Paradoxalmente, como veremos adiante, será através da consolidação de outras culturas concorrentes na região, como a cana de açúcar e a laranja, produzidas com base na agricultura patronal, que os produtores familiares de algodão conseguirão regularizar sua carência por mão-de-obra temporária. Apesar de algumas dissimulações ou negativas, não são poucos os produtores familiares que reafirmam o ponto de vista de diferentes agrônomos e repisam a cantilena sobre as vantagens do trabalho das mulheres e das crianças quando arregimentadas em bandos.¹⁷

17 "A carência temporária ou local de mão-de-obra não acarreta nenhuma elevação de salário, mas força mulheres e crianças ao trabalho na lavoura e a inclusão de grupos etários cada vez mais baixos. Assim que a exploração de mulheres e crianças ganha maior espaço, ela se torna por sua vez, um novo meio de produção de redundância do trabalhador rural masculino e de manutenção de seu salário em baixo nível. Na parte oeste da Inglaterra viceja um belo fruto desse *cercle vicieux* - o assim chamado *gang-system* (sistema de turmas ou de bandos) (...). A turma se compõe de 10 até 40 ou 50 pessoas, de mulheres, de adolescentes de ambos os sexos (de 13 a 18 anos), embora os rapazinhos geralmente saiam quando chegam aos 13 anos; por fim crianças de ambos os sexos (de 6 a 13 anos). A frente deles está o *gangmaster* (chefe de turma), sempre um trabalhador agrícola comum, frequentemente um assim chamado sujeito mal-encarado, debochado, inconstante, bêbado, porém com certo espírito empreendedor e *savoir-faire*. Ele recruta a turma que trabalha sob seu comando, não sob o do arrendatário. (...) Os arrendatários descobriram que as mulheres só trabalham direito sob a ditadura masculina, mas que mulheres e crianças, uma vez acionadas, como já o sabia Fourier, despendem com verdadeiro frenesi sua energia vital, ao passo que o trabalhador masculino adulto é tão malandro que procura se poupar o mais possível" Marx, Karl. *O Capital*, op. cit., p.236-237.

De qualquer modo, está muito viva na memória dos produtores familiares a lembrança de quando a eles mesmos era determinado colher. E colheram, por muito tempo, grandes quantidades de algodão. O espinho, que hoje transferem aos trabalhadores das turmas, em sua própria carne havia sido cravado. Porque "eles também trabalharam".¹⁸

"Quando eu morava na Fazenda Cresciúmal (era colono, fins da década de 30) o fazendeiro, um fazendeiro fino, naquele tempo nós já plantava algodão, mas plantava bastante, era uma família muito grande e fomos pegar o trato de uma família que saiu e chegando lá começamos a trabalhar. Ai, daí há pouco fui na fazenda, fui no administrador da fazenda, um excelente homem, e falei eu quero mais terra de algodão. Ele disse ali tem dois alqueires, só que é uma terra que tá mato, dá caruru de espinho, onde dá caruru de espinho é terra boa, eu digo é dessas que eu quero. Eram dois alqueires. E fomos lá limpamos, acabamos de limpar, fui na fazenda outra vez. Sr. nós queremos mais terra. Querem mais? Então, amanhã você pega um cavalo eu pego outro vamos sair e vou te mostrar a terra. Me trouxeram aqui perto, aqui pertinho, ele me mostrou um terreno tinha uns sete alqueires de terra, e disse pode pegar tudo, faça o que você quiser, a hora que você acabar de limpar o algodão enfia uma estaca e o rapaz me diz. Ah... Fomos lá, em três a quatro dias, nós era uma família grande, onze pra trabalhar, limpamos tudo, só deixamos uma beradinha pra não dizer que nós pegava tudo. Aquilo foi um comentário na fazenda que foi um exagero. A turma da fazenda não era acostumada com isso, puxa vida!... Essa gente não vai tocar toda essa lavoura, falaram pro administrador. E, não sei, pegar eles pegaram. Por fim, falaram assim: essa gente não vai colher todo esse algodão. Tocar melhor do que eles, o administrador falou, não existiu gente pra tocar, lavoura tratada no último, agora, catar não digo nada porque é muito algodão. Naqueles tempo não entrava bóias frias da cidade nas fazendas. Bom... começamos a catar

18 Bosi, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979. p. 102 e 399.

algodão. A partir do início eles me deram doze sacos pra por algodão pra depois mandar pra fazenda. E eu falei pro fiscal. Não! Mas doze sacos? Que que eu faço com doze sacos? Isso dá pra dois dia o sujeito falou pra mim. Ah é... dá pra dois dias? Você conhece nós? Mas dá pra dois dias ele falou. Tá bom, não tem problema não. Então levamos os doze sacos vazio pra roça e quando foi lá pro meio dia enchemos a sacaria. Ai eu levei panos e tava assim no fundo do terrero e comecei a fazer montes. Aquele tempo catava no balaio. Comecei a fazer monte no meio da roça. E quando foi de tardzinha eu fui lá buscar sacaria e o administrador, que se dava demais comigo, perguntou o que que era aquele monte lá na roça. Pelo amor de Deus, eu disse, me deram doze sacos. Veje bem. Eu com vinte e quatro sacos por dia num dá, agora me deram doze? Sou obrigado a fazer monte na roça. Mais foi urgente. Ele chamou o fiscal e disse tem que arrumar saco pra esse homem amanhã de qualquer jeito. E não pode dá pouco, tem que dá bastante porque eles catam um carroção de quatro rodas por dia. Turma de onze pessoas pra catar algodão, era um colosso." <N.B. o número de trabalhadores efetivos será um fator decisivo na formação de poupanças do grupo doméstico>

Esta notável disposição para o trabalho não se limitava à cultura do algodão. A parceria no algodão não os libertou de imediato do sistema de colonato. Enquanto assalariados, permaneciam tendo que colocar sua força de trabalho familiar à disposição dos fazendeiros para o trato do café. Muito mais suor e desgaste de energia lhes eram exigidos. Alguns ainda tocavam outras culturas comerciais, como a mandioca, principalmente em Araras. Ademais, seus esforços também deveriam dar conta da produção para o autoconsumo familiar. Restava, portanto, muito por fazer, como o cultivo do arroz, do feijão, do milho, além da criação e trato dos animais. A transformação, o beneficiamento e a conservação desses produtos forçavam o

acréscimo das atividades domésticas. Ao mesmo, tempo tinham que cuidar de outras tarefas, como as de manutenção, construção e reparos das fazendas.

Este calvário, que obrigava toda a família a trabalhar de sol a sol, aparece inicialmente como uma resposta aos obstáculos colocados pela especificidade da própria agricultura, território onde as técnicas ainda não conseguiram lograr um domínio completo sobre a natureza. Apesar das situações, nada episódicas, onde os preços dos produtos que vendiam pouco ou nada compensavam seus esforços, não foram raras as vezes em que seu ingente trabalho foi destruído pelas secas, pelo excesso das chuvas, pelo granizo e pelas pragas.

"Graças a Deus não chegamos a esse ponto (ter que vender terras)...porque teve as época de crise, levamos muitos trancos, nós passamos quase por necessidade, teve um ano muito sério, não deu arroz, não produziu nada somente um pouquinho de algodão, mas levamos uma chuva de pedra incrível... nós passamos a comer polenta o ano todo, isto é, fubá. Eu não tenho vergonha em dizer porque foi real. Nós comia polenta todo dia e não tinha arroz pra comer porque também não tinha dinheiro... Efa pra gente tá a zero, mas seguramos as pontas...comia polenta e ovo que a galinha botava. Pra não voltar pra trás... pra segurar a terra. Ainda acho que ficamos devendo em algum lugar, mas a dívida - naquele tempo eles prolongava um pouquinho- então foi paga nos outros anos... foi penoso...devo tudo isso que nos temos a maior parte à minha mãe que enfrentava"

Mas esta especificidade da agricultura, em si mesma decisiva, se realiza sob certas condições sociais. A cultura dos campos se entrelaça com a cultura dos homens que a experimentam. Diretamente interessado no bom resultado das

safras, mesmo na condição de assalariado, pois como colono recebia não apenas pelas tarefas que executava mas também pela quantidade da produção que obtinha, o produtor familiar não relutaria em poupar seu suor, vigilância ou zelo. A experiência e a elaboração simbólica do dever ao trabalho decorrem da relação deste produtor familiar com um processo social que as supõe e reproduz. Na reiteração do seu penoso lavar, esses homens acabaram por corresponder, não sem conflitos e revoltas, às exigências de uma formação social que, se os obrigava a trabalhar duramente, deles também obtinha, afora aceitação e reconhecimento, forças adicionais que retroagiam em favor de sua contínua e duradoura reposição. A diferença do campesinato caipira tradicional, cujo "desamor" ao trabalho estava ligado à desnecessidade de trabalhar"¹⁹ e à semelhança do cafeicultor paulista, que "não esteve desobrigado do trabalho para a construção de sua enorme fortuna... (e) se propunha enriquecer produzindo"²⁰, o produtor familiar tem, no preceito do dever ao trabalho, não só o aguilhão de seu ajustamento aos tempos modernos como também a justificação que autoriza seu atual patrimônio.

Contraposta genericamente, em razão de inegáveis diferenças, ao trabalho assalariado e à agricultura patronal, a unidade de produção familiar, na história da

19 Cândido, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, Duas Cidades, 1971. p. 86.

20 Franco, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Kairós, 1983. p.200-201.

agricultura paulista, mantém, com estas formas, não apenas semelhanças mas também múltiplos elos de conexão. A combinação entre trabalho familiar e assalariamento, por exemplo, não passou despercebida nos estudos clássicos sobre o "sistema paulista", o sistema de colonato.

"Uma característica do colonato que pouca atenção tem recebido é a exploração do trabalho familiar. O colonato, como a parceria, é tipicamente um sistema de trabalho familiar".²¹

"Os colonos eram trabalhadores, organizados em famílias, contratados por um ano agrícola para tratarem dos cafezais das fazendas do Oeste paulista. Enfatizando a força de trabalho não se constituía de indivíduos isolados, mas de famílias de trabalhadores. Cada chefe de família apenas assumia a responsabilidade frente ao fazendeiro pela execução das tarefas em que toda a família, ou ao menos seus membros trabalhadores, se empenhava (...) Obrigava-se a família, através do seu chefe, a cultivar um certo número de pés de café e a participar da colheita".²²

Ora, foi sob o colonato que as famílias de produtores de algodão se adestraram para a dureza do trabalho agrícola e, na sua crise, conseguiram iniciar a não menos penosa construção de suas propriedades. O trabalho de toda a família é reiterado nas narrativas dos produtores mais

²¹ Stolcke, Verena. Cafeicultura homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo, Brasiliense, 1986. p.13-14. Para a constituição do trabalho livre e do sistema de colonato ver o importantíssimo artigo de Stolcke, Verena e Hall, Michael. "A introdução do trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo". Revista Brasileira de História. São Paulo, 3, (4), set 1983. p.80-120. O primeiro capítulo de Cafeicultura de Verena Stolcke apresenta uma versão resumida deste trabalho.

²² Sallum Júnior, Brasília. Capitalismo e Cafeicultura: Oeste paulista, 1838-1930. São Paulo, Duas Cidades, 1982. p.98.

antigos que ainda se recordam dos tempos do colonato e da parceria. Embora não exclusivamente, eram os membros da família que realizavam a maior parte das extenuantes tarefas agrícolas. Também em família, os filhos iam se acostumando à autodisciplina do mundo do trabalho. Repetia-se no espaço doméstico, de forma abreviada e em ponto pequeno, o processo de longa duração que engendrou os modernos trabalhadores dos campos.

"Eu e o marido trabalhava, ele tocava um arado de boi e eu tocava outro, só nós dois. O filho começou a trabalhar logo sim, logo com doze anos começou a trabalhar."

"A mulher trabalhava de cedo até cinco horas e ia pra casa fazer a janta. A mulher carpia, raleava, catava algodão, fazia tudo."

"Eu fui criado em fazenda, meu pai era meeiro, então a gente vem de pequenininho ali na fazenda, plantava algodão, a vida toda foi no algodão... com sete, oito anos já andava lá pelo meio da terra, na lavoura. Ficava ali, junto. Não sei se ajudava ou atrapalhava, mas tava lá."

Trabalho e família se encontram intimamente ligados na história agrária paulista. É conhecida a predileção dos potentados rurais pelo trabalho familiar. Já na escravidão, os fazendeiros utilizavam a força de trabalho de mulheres e crianças na colheita do café.²³ Ainda que não possamos relacioná-lo diretamente com as formas de organização do trabalho na escravidão, o número de escravos reunidos em famílias conjugais nas fazendas de São Paulo, no século XIX,

²³ *Ibidem*, p.351.

não deixa de ser em si mesmo significativo.²⁴ Mas os nexos entre família e escravidão não se esgotam nos limites da grande lavoura dos senhores. Em seu interior ou fora dele, a complementação da mão-de-obra familiar dos sitiantes ou agregados com escravos, ainda que em reduzidas peças, não será episódica. "Os agricultores de alimentos mal tinham um escravo por sítio, mas como havia centenas desse tipo de sítio, tais agricultores, em 1809, ocupavam 1/5 do total de escravos. Com o declínio do número de lavouras de alimentos, em 1829, sua proporção no emprego de escravos da área caiu a menos de 1/10."²⁵ Como se vê, o recurso ao uso de força de trabalho auxiliar externa à unidade de produção familiar não será inaugurado, na agricultura paulista, pelos produtores

24 Ver as instigantes pesquisas de Robert Slenes sobre a família escrava em Campinas. "Na verdade, as uniões sexuais de 'longa duração' - não, evidentemente, as de 40 anos, que seriam relativamente raras em qualquer sociedade com altos índices de mortalidade, mas, digamos, as de 10 anos ou mais - eram bastante comuns entre os escravos; como também eram comuns os casos de filhos que não apenas conheciam o pai, mas que passavam os anos formativos na sua companhia. Em Campinas, por exemplo, segundo os manuscritos existentes da 'matrícula' (registro) de escravos de 1872-73, nos plantéis com dez ou mais cativos (contendo, talvez, quatro em cada cinco escravos no município), 67% das mulheres acima de 15 anos eram casadas ou viúvas, 87% das mães (com crianças de menos de 15 anos presentes na mesma lista de matrícula) eram casadas ou viúvas; e 82% dos filhos menores de 10 anos viviam junto com os dois pais; ou com mãe ou pai viúvo." Slenes, Robert W. "Lares Negros, Olhares Brancos: histórias da família escrava no século XIX" in Revista Brasileira de História, São Paulo, 8 (16), mar/ago 1988, p.190. Para um tratamento mais detido dos indicadores demográficos ver também *Idem*, "Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, Século XIX)". Estudos Econômicos, 17 (2), mai/ago 1987, p.217-227.

25 Eisenberg, Peter L. "Açúcar e mudança social no Brasil: Campinas, São Paulo, 1767-1829". In Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séculos XVIII e XIX. Campinas, Editora da UNICAMP, 1989. p.353.

familiares de algodão que aqui estudamos. Os trabalhadores a mais, poucos escravos de antes ou os assalariados temporários de hoje, lhes são facultados pelas próprias formas antagônicas da produção social.

Na crise do escravismo moderno e na impossibilidade de plasmar de imediato os homens livres em laboriosos operários dos campos²⁶, uma astuciosa imigração em massa de miseráveis e disciplinados trabalhadores, subsidiada pelo Estado e articulada a uma abolição lenta e gradual, abastecerá a grande lavoura com uma força de trabalho abundante e barata.²⁷ Nos ensaios simultâneos, ou que se seguiram ao "bárbaro costume de escravizar aos homens", mas à sua semelhança, o trabalho persistirá compulsório e a mão-de-obra, agora contratada, reunida em famílias. Nossa moderna lavoura arcaica, na sua avidez por mais e mais braços adestrados para as duras fainas agrícolas e, preferivelmente, avessos aos "fascínios da liberdade", solidificou numa única ligação a condição operária à unidade de produção familiar.

26 Ver sobretudo Franco, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. op. cit., principalmente os capítulos I e II e *Idem*. "Organização social do trabalho no período colonial" In: Trabalho escravo, economia e sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. p.184-192.

27 Hall, Michael M. "Italianos em São Paulo (1880-1920)" Anais do Museu Paulista. São Paulo, USP, XXIX, 1979. Uma versão modificada desse ensaio apareceu com o título "Trabalhadores imigrantes". Trabalhadores. Campinas, 3, 1989. p. 2-15.

"A cultura cafeeira exige o concurso não de operários avulsos, mas, sim, de famílias bem constituídas, com três enxadas, ao menos".²⁸

"A seleção dos operários agrícolas e dos auxiliares é obra da administração. Uma fazenda bem colonizada, com famílias bem organizadas, gente forte, disposta ao trabalho, conhecedores do serviço, anda por si (...). O operário deve ter sua família na fazenda. O operário solteiro é inconstante, nômade, não se enraíza, não tem estímulo. A vida agrícola mais do que a citadina impõe a organização em família".²⁹

A avaliação que os fazendeiros paulistas faziam da mão-de-obra estrangeira seguia os movimentos daquela recorrente característica das elites brasileiras: a **volubilidade**.³⁰ Conforme as circunstâncias, os porta-vozes das classes dominantes acentuavam, nos trabalhadores europeus, quase sempre quando os contrapunham aos nacionais ou aos libertos, os atributos da docilidade, frugalidade e, antes de tudo, da operosidade, homens enfim "perfeitamente adaptados, pela moralidade e inexcedível amor ao trabalho, aos nossos desejos, se nos quisermos pronunciar com imparcialidade e justiça".³¹ Inconstantes, como de resto em tudo o mais quando se tratava de impor os seus interesses, as classes

28 Boletim do Departamento Agrícola. São Paulo, 21 (72), 1932 p.11. apud Stolicke, Verena. Cafeicultura, op. cit., p.345.

29 Vidal, Joaquim A. Sampaio. "Desperdício em uma Fazenda de Café". RSRE, jan. 1939, p. 27 apud *Ibidem*, p. 345.

30 Schwarz, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo, Duas Cidades, 1990.

31 Relatório apresentado por Martinho Prado Jr. à Diretoria da Sociedade Promotora de Imigração em São Paulo, em 18 de novembro de 1887. apud Beiguelman, Paula. A Formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo, Pioneira, 1977. p.81.

dominantes simultaneamente desprezavam os antes morigerados europeus quando estes ousavam, como os parceiros de Ibicaba e os colonos de tantas fazendas paulistas, exigir melhoras nas suas precárias condições de vida e trabalho. Ao lado das interrupções na corrente migratória, as greves e mobilizações dos colonos acabarão também por provocar uma reavaliação, novamente conforme a conveniência, da consagrada vadiagem dos nacionais. Desde que devidamente melhorado, o trabalhador nacional também poderia ingressar no mercado de trabalho. "Homens como estes, está claro, precisam de ser tratados, e uma vez livres da infecção que os abate e tonificado o seu organismo (...) em pouco tempo tornam-se elementos de trabalho se não melhores pelo menos iguais aos estrangeiros".³²

Estas interessadas oscilações de opinião, revelam, à sua maneira, que os colonos imigrantes eram tão dispostos a obedecer ao comando dos cafeicultores, pois, como afirmara Martinho Prado Jr, se adaptavam perfeitamente aos seus desejos, quanto determinados a se rebelar contra seus patrões ou prepostos, como nos atentados e homicídios ou nas fugas e nas greves.³³ Os motivos que poderiam levar os

32 Leme, André Betim Paes. "Contribuição para o estudo da adaptação dos cearenses como colonos nas lavouras de São Paulo". Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. São Paulo, ano VII, 34 e 35, 1919. p.138; apud Kowarick, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 123. Lúcio Kowarick informa que André Betim Paes Leme foi gerente da The São Paulo Coffee States Co. Ltd.

33 Sobre as diversas formas de resistência individuais e coletivas dos colonos ver Hall, Michael. "Italianos em São

colonos A revolta não eram poucos. Como sugeriam as alegorias libertárias do início do século, o sistema de colonato, enquanto modalidade de trabalho compulsório, se assemelhava, na forma, àquela relação de produção que foi classicamente identificada com o feudalismo. Como na servidão, a nova modalidade da exploração do trabalho, cuja finalidade era o lucro, não descartava a brutalidade da "compulsão político-legal direta".

"Considerando que os trabalhadores da lavoura são, neste país, dos operários mais vilmente escravizados e explorados e que, ante a sua utilidade e importância para a vida da humanidade, não nos podemos nem nos devemos esquecer deles em nossas lutas de emancipação;

considerando que a organização do proletariado do Brasil seria incompleta sem uma organização séria e vasta dos trabalhadores rurais, agora inteiramente sujeitos ao mais brutal e ignominioso despotismo;

o Segundo Congresso Operário Brasileiro chama a especial atenção de todas as organizações operárias do país para a situação dessas vítimas do feudalismo moderno, aconselhando-as a que se dediquem a uma ativa e constante campanha contra as prepotências e infâmias praticadas contra os colonos e trabalhadores do campo em geral, fazendo

Paulo", op. cit., p. 204 e ss.; Hall, Michael e Stolicke, Verena. "Greves de Colonos na Primeira República". II Seminário de Relações de trabalho e Movimentos Sociais. São Paulo, CEDEC, maio de 1979. (mimeo.); Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael M. A classe operária no Brasil: 1889-1930. Documentos - vol. I: o movimento operário. São Paulo, Alfa Omega, 1979. (em particular os documentos 16 "Uma greve de colonos em Ribeirão Preto (1912)" p.115-118 e o 17 "Greves agrárias em São Paulo: causas e contexto" p.118-127). Alvim, Zuleika M. F. Brava Gente!: os italianos em São Paulo (1870-1920). São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 102-177 e Beiguelman, Paula. "O movimento operário ante a grande lavoura no período imigrantista" In: Prado, Antonio Arnoni. Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura. São Paulo, Brasiliense, 1986. pp.99-106. Uma pequena cronologia do movimento grevista, no ano de 1911 em Campinas, foi elaborada por Michel Hall e publicada em anexo ao seu ensaio "Trabalhadores imigrantes", op. cit., p.12-13.

chegar até eles, por meio de comissões, excursões e outros meios, a nossa propaganda, estimulando-os a se constituírem em sociedades de resistência"³⁴

As multas e confiscos extorsivos³⁵ e o uso corrente da violência física³⁶, que muito distava de ser um monopólio do Estado moderno, subjugavam os colonos ao despotismo das modernas e impenetráveis fazendas. Agravando ainda mais suas

34 "Relatório da Confederação Operária Brasileira contendo as resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro reunido no Rio de Janeiro nos dias 8, 9, 10, 11, 12 e 13 de setembro de 1913. Rio de Janeiro, 1914". In: Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael M. A classe operária..., op. cit., p.191.

35 "Os contratos entre fazendeiros e colono ou o costume e o arbítrio na falta de contratos impõem (...) ao colono numerosas multas, que às vezes (vi-o eu mesmo, e sob um pretexto muito discutível, anotado no livro de contas do colono) chegam à metade do lucro bruto anual do colono. Naquele caso especial visto por mim tratava-se de 400 mil-réis aproximadamente, passados brutalmente para o débito do colono que, ao invés de receber a quantia que para ele representava o ganho do ano inteiro, encontrou-se na posição de devedor em relação ao fazendeiro" Rozwadowski, A.L. "San Paolo", In: *Emigrazione e colonie: raccolta di rapporti dei rr. diplomatici e consolari*. Roma, 1893. In: Pinheiro, Paulo S. e Hall, Michael M. A classe operária no Brasil: 1889-1930. Documentos. vol.II, Condições de vida e de trabalho, relações com Empresários e o Estado. São Paulo, Brasiliense, 1981. Documento 47. Condições de vida dos colonos (1892). p. 17-18.

36 "O colono Rossini, da fazenda D.B., foi censurado pelo administrador por não conservar bastante limpo o cafezal. Rossini respondeu que se o trabalho estava um tanto atrasado, isso dependia do fato de que, estando sua mulher doente, ela não podia ajudá-lo no momento. <N.B. a importância do trabalho da mulher> Uma palavra puxando outra, o administrador desceu do cavalo e agrediu Rossini a chicotadas, ferindo-o no corpo e no rosto. A mulher, espantada, foi queixar-se ao patrão, o qual respondeu que, caso se quisesse que a fazenda desse bom resultado, devia-se antes "amansar" os colonos à força de chicotadas. Não pude ver Rossini porque a fazenda é uma prisão, na qual ninguém pode entrar sem licença do patrão" Rossi, Adolfo. "Condizioni dei coloni italiani nello Stato di San Paolo" In *Bollettino dell'Emigrazione*, 7, 1902. In *Ibidem*. p.35-36. Este relatório descreve várias agressões e desmandos contra os trabalhadores.

condições de vida e trabalho tinham que suportar as decisões unilaterais dos fazendeiros que, a pretexto de adequar a produção do café às flutuações do mercado internacional, dificultavam, quando não impediam, o cultivo intercalar de alimentos ou então, quando das cotações desfavoráveis, atrasavam, reduziam ou simplesmente deixavam de pagar seus salários.³⁷

Entretanto, no "sistema paulista", as práticas dos senhores não se limitavam ao uso deliberado e abusivo da força, nem as dos trabalhadores à emigração, desobediência ou revolta. Como neste sistema de cultivo a abundância de braços continuava imperiosa (lembre-se que para as "classes produtoras" os índices de repatriamento sempre se apresentavam alarmantes), afora a continuidade da emigração em massa, restava conceder e minimamente corresponder, ainda que virtualmente, às demandas dos que vieram "fazer a América". :

37 "Em diversas e importantes fazendas ao redor de Ribeirão Preto (...) os colonos italianos se recusaram nesses dias a começar a colheita de café com os salários vigentes. Justificaram sua atitude dizendo que as dificuldades econômicas cresceram muitíssimo nesses tempos (1913), especialmente por causa do enorme aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade e da proibição, por parte dos fazendeiros, de cultivarem cereais entre as fileiras de café". Bornadelli, E. "La protezione dei coloni italiani nello stato di San Paolo". Apud Alvim, Zuleika, op. cit., p.113. Thomas Holloway constatou que dos 437 casos de reclamações trabalhistas dirigidas ao Patronato Agrícola em 1914, 254 eram relativas ao atraso no pagamento de salários. Holloway, Thomas H. Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. p. 165.

O projeto de ascensão social através da mediação do trabalho, a formação do pecúlio pelo suor e o empenho por conseguir a propriedade de um pedaço de terra, embora este desejo fosse mais peculiar aos camponeses que vinham do Veneto,³⁸ são atributos, virtudes ou defeitos, dependendo do ponto de vista, que recaem sobre a psicologia individual do imigrante italiano. A começar pelos de cima, se reconhece nesses traços de caráter uma docilidade estratégica muito mais útil aos interesses da grande lavoura do que a afoita disposição dos imigrantes do norte da Europa que pretendiam de imediato se instalarem como produtores independentes.

"Os povos latinos (...) não têm iguais exigências (...) Eles não ambicionam chegar ao país de destino como pequenos proprietários. Espíritos práticos e já agora instruídos pela própria experiência, sabem que, podendo iniciar a obra de formação do seu pecúlio desde a hora da sua chegada à fazenda, com a larga remuneração que percebem, e sem se acharem onerados de dívidas e outros encargos, não lhes é difícil acumular em pouco tempo o necessário para adquirirem propriedades ou para se aplicarem, com a independência pessoal garantida, a qualquer mister industrial".³⁹

38 "Tal anseio era marcadamente vêneta e, se permitiu uma generalização para o comportamento de todo o contingente italiano em São Paulo, isso certamente deveu-se à presença acentuada de imigrantes dessa região. E uma revisão mais cuidadosa dos textos de observadores da época comprova que a luta pela pequena propriedade era uma forma de buscar autonomia peculiar à cultura vêneta. Assim, se os traços meridionais, como os toscanos e os lombardos, se referem ao pequeno comércio e estão ligados à vida nas cidades, a marca vêneta está na terra" Alvim, Zuleika. op.cit., p.149.

39 "Mensagem enviada ao Congresso Legislativo a 7 de abril de 1897, pelo Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, presidente do Estado" apud Beiguelman, Paula. A formação ... op. cit., p.86.

Como supõe o próprio Campos Salles, a prosperidade real dos imigrantes não seria alcançada somente com determinação e paciência. Outros componentes objetivos, como a "larga remuneração" e a ausência de dívidas eram requeridos. Questão diversa, que retomaremos adiante, é saber se estes pressupostos da acumulação estavam tão generosamente acessíveis como afirmava o futuro presidente da República.

Para as lideranças emergentes do movimento operário, a determinação subjetiva dos imigrantes em ascender socialmente através do trabalho tinha um nome: individualismo.⁴⁰ Somando com o acesso fácil à terra, ao relativo atraso no desenvolvimento das forças produtivas, à heterogeneidade da própria classe trabalhadora e ao despotismo das fazendas a ambição de enriquecer ou de se converter num proprietário se constituiria em mais um impedimento à formação do proletariado não só como classe em si mas também enquanto classe para si.

"Várias razões são de obstáculo ao rápido desenvolvimento e ao vigoroso afirmar-se do movimento operário e socialista no Brasil. Razões de fato -geográficas, físicas, etnológicas e econômicas- das quais seria absurdo não tomar conhecimento.

Em primeiro lugar a enorme extensão ainda existente de terras não cultivadas contribui ainda

40 "Os militantes também reclamaram do individualismo de muitos imigrantes e de seus objetivos estreitamente econômicos. Segundo *La Barricada* (15/1/1913) 'a maioria vem para arranjar dinheiro e voltar para seus lares'. Um militante em 1916 chegou a afirmar, em *Guerra Social* (4/11/1916), que os imigrantes de São Paulo 'só vêem testões que vão ciscar com a boca até na merda'". Hall, Michael M. "Trabalhadores imigrantes", op. cit., p.12.

sempre a rarificar a população, atraindo-a para o campo e favorecendo a constituição da pequena propriedade, em tal medida que chega a limitar o incremento da indústria e da industrialização da agricultura, pressupostos necessários à formação de um numeroso proletariado, no meio do qual possa agir a propaganda socialista e corporativa.

Em segundo lugar, não se deve esquecer que a classe trabalhadora no Brasil é constituída de elementos dispares e variados em raça, língua, temperamento, cultura e hábitos, o que torna mais difícil o entendimento e a organização. A isso junta-se que muitos operários e camponeses se consideram nesta terra como pássaros de passagem e -obcecados pela ânsia de voltar à pátria - pensam e vivem individualisticamente, persuadidos que este seja o melhor meio de "fazer a América". Em terceiro lugar, deve-se refletir que a maior parte do proletariado - a agrícola - se acha inteiramente tirada fora do movimento, por duas razões especiais, além daquelas gerais já anunciadas: as enormes distâncias que separam uma fazenda de outra, tornando utópica, por ora, toda idéia de ligação entre os vários agrupamentos de trabalhadores da terra, e a particular conformação da fazenda, que é um campo fechado no qual dificilmente podem encontrar eco as agitações que se desenvolvem fora dela e onde a propaganda não consegue chegar.

Os trabalhadores da terra que não se encontram na fazenda estão distribuídos nos núcleos de colonos, em condições econômicas que não consentem, ou ao menos não deixam sentir, a necessidade da organização: são eles pequenos proprietários ou têm esperança e a possibilidade de vir a sê-lo, e isso não contribui certamente para desenvolver neles aquele sentimento e aquela solidariedade de classe que são fatores psicológicos indispensáveis da organização operária"⁴¹

Registre-se, de passagem, como é antigo o debate sobre o enquadramento político do produtor familiar na história da classe trabalhadora no Brasil. Também de há muito mas, em outras circunstâncias e lugares, os produtores familiares,

41 Ambris, Alceste de. "Il movimento operaio nello Stato de São Paulo". *Il Brasile e Gli Italiani*, Florença, 1906. In: Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael M. A classe operária... vol. I, op.cit., p. 40-41.

camponeses em particular, vêm sendo estigmatizados como individualistas. Seu excessivo apego à propriedade privada da terra e sua suposta resistência às mudanças vêm sempre associados à pecha de sua psicologia individualista. Como toda classificação social, esta também não deixa de ter suas implicações políticas. Que se pense, por exemplo, na fundamentação teórica⁴² que inspirou as monstruosidades da experiência de coletivização das terras na União Soviética. Como se tratava de combater "a tendência mercantil-capitalista dos camponeses" somente a reorganização da produção agrícola, como nos kolkhoses, não bastaria para convertê-los em camponeses do novo regime. "Não; para transformar o camponês kolkhosiano, ainda é preciso trabalhar muito sobre ele, matar nele a psicologia individualista e fazer dele um autêntico trabalhador da sociedade socialista".⁴³ Na dura tarefa de fazer cumprir o telos da história e instaurar a produção em larga escala, o terror stalinista produziu a fome, opressão e a desesperança dos que trabalhavam a terra. "O grande tamanho das unidades e a triste história do tratamento dado aos camponeses pelas autoridades soviéticas contribuem para um forte sentimento de alienação, de falta de compromisso. Um autor soviético

42 Ver Szurek, Jean-Charles. "Les paysans chez Lénine: 'classe' ou 'strate'". in L'Homme et la Société, 45-46, 1977, p.141-169 e Crisenoy, Chantal de, Lénine face aux Muiks. Paris, Editions du Seuil, 1978. p. 79-88.

43 Stálin, Josef. "Sobre o problema da política agrária na URSS" Discurso pronunciado na Conferência dos Técnicos Agrários Marxistas, em 28 de dezembro de 1929. in Silva, José Gráziano da, e Stolcke, Verena. A questão agrária, op. cit. p.181.

escreveu certa vez: "para matar o amor camponês pela propriedade privada tivemos que matar seu amor pela terra".⁴⁴ Por outro lado, mas ainda dentro do campo totalitário, aquela psicologia individualista tem uma versão valorativa. Herdada pela tradição do pensamento anti-capitalista romântico é enaltecida e cultuada pela propaganda do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. "Para o pequeno camponês, sofrendo com o avanço do capitalismo, com os seus problemas de preços e hipotecas que pareciam ser controlados pelos intermediários da cidade e pelos banqueiros, ambos hostis, a propaganda nazi apresentava a imagem romântica do camponês idealizado, 'o homem livre na terra livre'. O camponês tornou-se a figura-chave da ideologia da direita radical elaborada pelos nazis. (...) 'Um grupo firme de pequenos e médios camponeses' disse Hitler em *Mein Kampf*, 'tem sido sempre a melhor proteção contra os males sociais como os que temos agora'.⁴⁵ Seu resultado é indescritível.

Voltando ao nosso caso, como o próprio Alceste De Ambris enumerava, tantas eram as dificuldades de constituição e organização de um movimento de trabalhadores que visasse a transformação radical da ordem, que não é de estranhar o empenho consciente dos colonos em formar um

44 Nove, Alec. A economia do socialismo possível. São Paulo, Ática, 1989. p.137.

45 Moore Jr., Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses no mundo moderno. Lisboa/Santos, Edições Cosmos e Martins Fontes, 1975. p.517. Ver também do mesmo autor, Injustiça, op. cit., p.545 e ss.

pecúlio, voltar ao país de origem e se fixar numa posição superior ou em então em se fazer aceitar, fincar raízes em terras brasileiras, mas não mais na condição proletária, que eles mesmos, sob certas condições, recusavam. Ademais, como que comprovando as vantagens do seu conformismo, os imigrantes defrontavam-se com as estratégias dos fazendeiros que queriam sugar-lhes ao máximo e ao mesmo tempo atrair e reter sua capacidade de trabalho. Na trama das interdependências que formaram o colonato, encontraremos o "segredo mais íntimo" deste sistema de produção e dominação social que conciliava a coação direta ao consentimento ativo dos trabalhadores.

No colonato, a permuta entre compradores e vendedores da força de trabalho encerra muito mais que um variado e complexo sistema de remuneração. Certamente, também aqui a aparência do salário, o pagamento por um trabalho realizado, oculta sua essência: o pagamento tão somente da força de trabalho. Mas a forma de manifestação do salário no "sistema paulista" assume ela mesma função pedagógica e disciplinar, incentivando as famílias de trabalhadores a uma maior intensificação e supervisão do próprio trabalho. Durante o trato do cafezal, um cuidadoso trabalho poderia, virtualmente, trazer um aumento do rendimento familiar na época da colheita. A astuciosa remuneração em separado, uma para as tarefas de cultivo e outra pela quantidade de café colhida, não escapou ao olhar do arguto agrônomo prussiano

Karl Kaerger, um grande achado que devemos às pesquisas de Verena Stolcke e Michael Hall. A veneração de Kaerger ao "sistema paulista" certamente faria inveja ao inventor do *Emplasto Brás Cubas*, tão sequioso de nomeada.

"...na prática, o efeito extraordinário deste sistema consiste sobretudo no fato de que exatamente as tarefas pagas segundo uma faixa fixa, ou seja o cultivo dos cafeeiros antes da colheita, afetam a produtividade, justificando assim um preço variável para o pagamento da colheita. Isso serve como um incentivo para que os trabalhadores executem especialmente bem aquelas tarefas para as quais recebem um salário fixo. Em consequência, se elimina inteiramente a única desvantagem inerente ao pagamento por peça, isto é, a má qualidade do serviço. Na verdade, estamos na presença de um caso tão especialmente interessante de sistema de remuneração que merece plenamente a atenção de parte da ciência econômica (...). Esta discussão não é uma dedução *a priori*, mas depende inteiramente das explicações que ouvi dos próprios colonos. Não é difícil para eles descobrirem até que ponto a produção dos cafeeiros depende da qualidade do cultivo. Falei com colonos que me asseguraram que, embora seus contratos não o exijam, eles eliminam os galhos secos e os arbustos porque perceberam o efeito excelente deste procedimento para a colheita. De fato, alguns colonos da área de Campinas até espalham estrume nos cafeeiros sob seus cuidados, se tiverem tempo e material para isso. Certamente não se poderia imaginar melhores consequências deste sistema de remuneração. (...) Um fato em relação a este sistema de trabalho (o colonato) é de destacada importância: ele educa os trabalhadores para o trabalho intensivo (...). Apenas mencionei aqui este ponto como uma evidência para minha afirmação de que o sistema de trabalho que agora predomina nas fazendas de São Paulo merece ser considerado como um sistema quase ideal. Homenageemos a ambição incansável e a inteligência dos fazendeiros paulistas, que, ao introduzirem esse sistema de trabalho (...) deram uma importante contribuição para solucionar a questão social".⁴⁶

46 Kaerger, Karl. *Brasilianische Wirtschaftsbilder. Erlebnisse und Forschungen*. Berlin, 1892, p.334-335. Apud Stolcke, Verena e Hall, Michael. "A introdução..." op.

Em trabalhadores de tipo tradicional, cuja "oportunidade de ganhar mais era menos atrativa do que a de trabalhar menos"⁴⁷, o estímulo dos salários mistos poderia provocar respostas no sentido contrário ao esperado pelos fazendeiros. Mas, para aquelas famílias determinadas em amearhar recursos a qualquer custo, a combinação de uma remuneração por tarefa com outra por produção ressoava em seu íntimo, como que a confirmar a conquista de uma justa recompensa pelo sofrimento de um trabalho árduo. Armava-se assim, uma comunidade de interesses onde a possibilidade de poupança pelos trabalhadores ia ao encontro da avidez do capital por um intenso trabalho vivo.

Afora os recursos extras que obtinham em troca de alguns serviços regulares ou ocasionais, os colonos também recebiam pedaços de terra para aí produzirem parte do seu sustento. Esta prática de ceder terras disponíveis para a produção de alimentos não foi inaugurada pelo sistema paulista. Desde a escravidão se consolidou como a base material da dominação pessoal de moradores, agregados e demais dependentes nas terras dos senhores.⁴⁸ Renovada, ela

cit., p. 101 e Stolcke, Verena. Cafeicultura, op. cit., p. 55.

47 Weber, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Pioneira, 1985. p. 38.

48 "Um classe importante, cujo desenvolvimento se acha impedido pela escravidão, é a dos lavradores que não são proprietários, e, em geral, dos moradores do campo ou do sertão. Já vimos a que se acha, infelizmente, reduzida essa classe, que forma a quase totalidade da nossa população. Sem independência de ordem alguma, vivendo ao azar do capricho

continuou sendo de grande valia. Desde que não contrariasse a essência mesma do sistema, a lucrativa produção mercantil em larga escala, o cultivo dos alimentos e a criação de animais seriam tarefas assumidas pelas próprias famílias de colonos, reduzindo assim, os custos com as despesas de mão-de-obra das fazendas.⁴⁹ Mas a cessão destas áreas para a produção de autoconsumo também interessava, e muito, aos trabalhadores. Com a venda dos excedentes da produção alimentar, poderiam vir a aumentar significativamente o seu pecúlio. Estava longe, porém, de ser uma adequação sem arestas. Apesar dos ganhos que trazia para a economia de capital variável, nas plantações de café mais antigas, a produção alimentar entre suas fileiras comprometia gravemente a produtividade. As tentativas de proibição ou redução do cultivo alimentar provocava, como vimos, inúmeras e duras lutas contra os fazendeiros, "sempre ciumentos do café". Por outro lado, os cafeicultores concorriam entre si pela posse e controle de tanta mão-de-obra adestrada. O

alheio, as palavras da Oração dominical: *O pão nosso de cada dia, nos daí hoje* têm para ela uma significação concreta e real. Não se trata de operários, que, expulsos de uma fábrica, achem lugar em outra; nem de famílias que possam emigrar; nem de jornaleiros que vão ao mercado de trabalho oferecer os seus serviços; trata-se de uma população sem meios, sem recurso algum, ensinada a considerar o trabalho como uma ocupação servil, sem ter onde vender os seus produtos, longe da região do salário - se existe esse *El Dorado* em nosso país - e que por isso tem que resignar-se a viver e criar os filhos, nas condições de dependência e miséria em que se lhe consente vegetar". Nabuco, Joaquim. O Abolicionismo. Petrópolis, Vozes, 1988. p.127-128.

⁴⁹ Ver a interessante tese de Brásilio Sallum Jr. que vê na cessão de áreas para autoconsumo, uma forma de arrendamento oculto da terra. Capitalismo e Cafeicultura, op. cit., p.169-178.

oferecimento mais generoso de áreas para autoconsumo foi um forte atrativo por eles utilizado. Da mesma forma que os salários mistos, a concessão de terras reforçava, embora sobre bases muito frágeis, um compromisso entre trabalho e capital. Na partilha, cabia a este a parte do leão.

A moralidade costumeira do favor, "nossa mediação quase universal",⁵⁰ selaria de vez aquele compromisso. Sendo inevitável a sua quebra (insistimos que aqueles mecanismos de controle e adesão voluntária andavam lado a lado com as resistências dos trabalhadores e as violências praticadas pelos senhores) os laços de fidelidade e lealdade entre patrões e empregados certamente não jogariam um papel secundário na reprodução do sistema paulista. Fomentando o "orgulho da servilidade", as relações de dependência pessoal asseguravam aos protegidos vantagens de extrema valia para quem buscasse prosperar, impondo-lhe tão somente o dever de retribuição, a garantia do protetor. Este sentimento de gratidão se obtinha com gestos singelos como a mera permissão para se fazer um baile de fim de semana no terreiro de café, no auxílio às doenças, ou ainda no compadrio, na entrega dos melhores talhões, na concessão dos cultivos alimentares, nos empréstimos e financiamentos. Esta "dominação entre semelhantes", como demonstrou Maria Sylvia de Carvalho Franco referindo-se às relações entre homens

50 Schwarz, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo, Duas Cidades, 1988. p.16. Retome-se a nota 51.

livres e senhores nos tempos da escravidão, impunha aos que a ela se sujeitavam a condição de "criaturas domesticadas" e sua dominação mesma não era percebida enquanto tal. No trato com os indispensáveis colonos, a relação de favor teve que ser nuançada, sem deixar, entretanto, de se perpetuar nos hábitos do dia a dia das fazendas. Aliás, não só nelas, mas também na esfera dos demais negócios e da coisa pública. Já ao final da escravidão, Machado de Assis ironizava numa crônica de "Bons Dias" os que apresentavam o favor com as vestes refinadas da civilidade.

"Enfim, por essas e outras é que eu gosto muito mais da roça. Na roça a gente vai andando em cima da mula; a dez passos já as pessoas bem educadas estão de chapéu na mão:
 - Bons dias, Sr. coronel!
 - Adeus, José Bernardes.
 - Toda a obrigação de V. Ex.
 - Todos bons; e a tua?
 - Louvado seja Deus, vai bem, para servir a V. Ex."⁵¹

Para assegurarem a reprodução e apropriação do ganho, afinal era isso o que mais importava, "os mesmos rapinadores de sempre" recorreram não só ao moderno acicate das remunerações variadas, mas também a duas outras práticas costumeiras, cujo uso efetivo prosseguiu submetido às conveniências da "natureza rapinante do sistema"⁵²; a

51 Assis, Machado de. Bons Dias, apud Gledson, John. Machado de Assis: ficção e história. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p.154.

52 As expressões são utilizadas por Adorno e Horkheimer em suas análises sobre a base econômica do anti-semitismo: "o disfarce da dominação na produção." Adorno, Theodor W. e Horkheimer, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985. p.162.

concessão de terras para roças de subsistência e a troca, frágil, mas astuciosa, entre garantia e proteção através da prática do favor. A primeira vista, o recurso a estes legados da escravidão não deixa de ser paradoxal. Afinal, ambos impediram o enquadramento, econômico e disciplinar, dos homens livres nacionais ao mercado dos assalariados modernos. Mas o paradoxo é apenas aparente, pois esses mecanismos de dominação recaiam agora sobre homens de um outro tipo. Homens "perfeitamente adaptados, pela moralidade e inexcedível amor ao trabalho" ao querer dos fazendeiros, dispostos a obedecer voluntariamente ao seu comando. Como observara o vice-cônsul italiano em Ribeirão Preto, "os colonos, salvo alguma exceção, são gente boa e tranquila, na maioria vênets e dotados de grande paciência e de um raro bom senso. Obedientes, serviçais, são apreciadíssimos pelos fazendeiros. No entanto, essas boas qualidades talvez seja o que os torna às vezes vítimas de algum prepotente".⁵³ Resultado da força de reação dos combatentes, o sistema de colonato logrou perpetuar a exploração consentida desses trabalhadores familiares tolerando suas aspirações e interesses, apesar de só raramente permitir que tais pretensões se realizassem. De qualquer modo, o auxílio complementar dos feitores e capangas não será dispensado, permanecendo como um corretivo eficaz contra alguma alma indócil ou vacilante.

⁵³ Bianco, Mario Zanotti. "Il distretto del R. V. Consolato d'Italia in Ribeirão Preto". Bollettino del Ministero degli Affari Esteri, 8, 1915. In: Pinheiro, Paulo Sergio e Hall, Michael M. A classe operária ... vol. II. op. cit., p.104.

Capítulo II: AS ENTRETRANAS

O projeto dos colonos em ascender socialmente através do próprio esforço contrariava, a princípio, o projeto das classes dominantes em convertê-los numa incessante e dócil nascente de trabalho vivo. Não teria sentido perder esta importante mão-de-obra, adquirida com tão dispendiosos recursos, públicos principalmente, em razão de seus caprichos românticos. Contrários, aqueles projetos não deixavam de ser ao mesmo tempo complementares, embora assimétricos. Apesar de decisivos, as intenções e interesses nem sempre resultam tal qual as expectativas. Da interação ou confronto de estratégias, complementares ou conflitantes, decorre a diversidade do processo social. Como vimos, a ausência de um mercado de trabalho farto e a reação dos

trabalhadores contra o despotismo das fazendas impuseram, sob certa medida, a condescendência interessada dos que se apropriavam do trabalho alheio. Diante das práticas que impediam, pelo medo ou convencimento, a organização de alternativas pelos trabalhadores, sua própria exploração acabou por ser consentida. Malgrado aquelas concessões e este consentimento, a grande maioria dos colonos não chegou a ver cumprida a promessa de uma recompensa futura pelo esforço de seu penoso trabalho. Algumas poucas famílias, contudo, conseguiram formar seu pecúlio e se emanciparam daquela servidão econômica. Sem desconsiderarmos a multidão dos que repatriaram, dos que se integraram ao proletariado urbano e daqueles que continuaram como assalariados rurais (breve os reencontraremos, não os mesmos indivíduos mas certamente seus descendentes históricos) acompanharemos aqui uma trajetória social daquele restrito número de famílias que logrou se instalar como **produtores familiares**. Agora não só o trabalho mas também a propriedade se encontrará intimamente relacionada com a família.¹

Mas, atente-se desde já, esta definição abrangente, na verdade um quadro de referência, é tão somente um momento da investigação de um objeto que aparece sob uma multiplicidade de formas, condensado, com felicidade, por Hugues Lamarche quando o identificou a uma "realidade polimorfa". Quando

1 "A produção familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família". Lamarche, Hugues. L'Agriculture familiale. op. cit., p.10-11.

aquela carência, objeto da luta de muitos mas que só uns poucos lograram, é preenchida, conceito e coisa passam a se corresponder na lógica e no conteúdo. Entretanto, como a realidade persiste inesgotável o confronto entre um e outro, prosseguirá orientando a interpretação. "Il est nécessaire, à chaque fois, de considérer les différents niveaux de réalités dont nous venons de parler; *l'exploitation familiale est à la fois une mémoire, une situation, une ambition et une enjeu*. Du poids de chacun de ces éléments dépendront ses caractéristiques, ses exigences et son avenir".² Questionar a todo instante até onde o conceito de produtor familiar se aproxima ou se distancia da realidade que se estuda, ou melhor, sob que formas se manifesta, nos parece um seguro atalho para que se evite um certo tipo de "terrorismo metodológico"³ que nos ata a definições estritas e resulta ou na fetichização do conceito ou no distanciamento da coisa que se quer pensar. Como nos ensinou Teodor Shanin⁴, qualquer que seja a resposta à questão *o que é um camponês?*

2 Idem ibidem p.17.

3 "Por mais afeiçoado que fosse ao ideal da ciência, Spitzer era refratário à idéia de um método que pudesse ser colocado entre todas as mãos, e que se tornasse assim uma ferramenta universal. Ele sabia, há muito, que o terrorismo metodológico é apenas, na maior parte do tempo, o esconde-miséria da incultura, a camuflagem da ignorância: ausentes a verdadeira familiaridade com a história e com as obras, forjam-se ingenuamente instrumentos rudimentares - é então importante que sua aparência científica iluda - ao quais, nada, homens ou livros, culturas ou línguas, tenha o direito de recusar seu segredo" Starobinski, Jean. "Leo Spitzer et la lecture stylistique" apud Coli, Jorge. "Prefácio" In Starobinski, J. 1789: os emblemas da razão. São Paulo, Cia. das Letras, 1988, p.12.

4 Shanin, Teodor. "A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista" Estudos Cebrap, 26, 1980.

(uma modalidade daquelas muitas formas da produção familiar) esta não terá valor, a não ser "tautológico e trivial" se o objeto for arrancado do lugar de sua manifestação particular. Os riscos de uma resposta genérica a esta questão não residiria na não incorporação das diferenças e especificidades, já que tais singularidades são pressupostas nos necessários esforços de generalização. O risco repousa, insiste Shanin, exatamente no excesso de generalização das semelhanças, na medida em que já as teríamos por conhecidas.

Educado, no trabalho e na família, para ser um agricultor, especialmente no caso do camponês veneto, sua vontade e aptidão não serão sem consequência para a realização do seu projeto. Mas este empenho consciente precisou se compatibilizar a uma rede de outras condições objetivas, bem fundada na estrutura das relações sociais, e que se apresentava mais ou menos favorável à conquista de um pedaço de terra. Algumas destas condições se ligavam diretamente à própria família, como o número de "enxadas" e de "bocas" isto é, a quantidade de membros que podiam efetivamente trabalhar e a necessidade de consumo de todo o grupo doméstico.⁵ Ademais, teriam que ter a sorte de escapar

5 "...muito mais que o tamanho da família, era a quantidade de trabalhadores que respondia pela produção e rendimento da unidade familiar (era a capacidade de trabalho que determinava o número de pés de café a cuidar e consequentemente a quantias de terras disponíveis para a lavoura de subsistência). Mais ainda, e sobretudo, era a relação produtor/consumidor a grande responsável pelo sucesso ou não da família sob o colonato". Bassanezi, Maria

das inúmeras doenças⁶ e contar com uma possibilidade real para fazer suas poupanças⁷. Por outro lado, o produtor familiar teria que encontrar um mercado de terras onde as ofertas de venda ou arrendamento fossem acessíveis a ele. Em se mantendo sua estratégia de enriquecimento, teria também que encontrar meios de se integrar aos mercados e obter crédito. Tantos foram os obstáculos e hostilidades que se pode dizer, recusando qualquer representação idílica sobre a formação da moderna agricultura familiar em São Paulo, que ela se deu apesar das condições objetivas. No entanto, se atentarmos mais demoradamente sobre a história agrária paulista veremos que aquelas condições subjetivas e objetivas coexistiram, ainda que em proporções reduzidas e com várias adversidades, em diferentes conjunturas

Silvia C. Beozzo. Família e força de trabalho no colonato: subsídios para a compreensão da dinâmica demográfica no período cafeeiro. Campinas, NEPO, UNICAMP, 1986. p.89.

6 "Nossos imigrados contaram de viva voz aos meus colegas da Comissão Agrícola e a mim, por questão de ofício, histórias dolorosíssimas.

-Por que não chamam o médico? Por que permitem que o tracoma cegue seu pobre filhinho? perguntávamos a uma pobre e jovem mãe, na Fazenda Modelo de Santa Gertrudes, perto de Campinas. E a resposta, como sempre, foi a mesma: - Curar custa muito caro, não nos é possível, não temos meios. O romper do pranto confirma frequentemente a verdade da afirmação e a profunda dor dessas almas desoladas. Os nossos imigrantes, assim como todos os imigrantes agrícolas europeus, estão abandonados do ponto de vista sanitário. Ai de quem apanha uma doença! A doença pode custar a vida. ...No Brasil é proverbial o dito 'a morte custa caro'". Fieraccini, Gaetano. "Il problema sanitario del Brasile". Avanti!. 30 de maio de 1914. apud Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael. A classe operária... vol.II. op. cit., p. 100.

7 Uma análise detida dessas possibilidades se acha em Bassanezi, Maria Silvia C. Beozzo. op. cit., p.69-86 e Idem. Fazenda Santa Gertrudes. Uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma grande propriedade rural paulista. 1895-1930. Rio Claro, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, 1973. p. 195-220.

históricas e em várias regiões agrícolas do Estado de São Paulo, chegando a alterar inclusive o modo de vida do campesinato caipira tradicional.⁸

O acesso à propriedade das terras pelos produtores familiares de algodão em Leme e Araras se deu muito mais tarde quando comparado aos colonos da chamada "zona nova" do Estado de São Paulo. Somente após a crise do café do anos 30 e principalmente com a primeira crise da produção algodoeira

8 Sobre a diversidade do processo de formação e diferenciação da agricultura familiar em São Paulo, abrangendo inclusive o campesinato caipira, ver: Paiva, Rui Miller e Mello, Mário Homem de. "Estudo sobre a agricultura de Sitiantes". Revista do Arquivo Municipal, 8 (86), out/nov, 1942 p. 67-141. Monbeig, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo, op. cit. p. 201-321. Muller, Nice Lecocq. Sítios e sitiantes no estado de São Paulo. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1951. (Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 132). Candido, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação do seus meios de vida. São Paulo, Duas Cidades, 1971. Durhan, Eunice Ribeiro. Assimilação e mobilidades: a história do imigrante italiano num município paulista. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1966, p. 23-35. Queiroz, Maria Isaura Pereira de. Bairros Rurais Paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo, Duas Cidades, 1973. Saito, Hiroshi e Takashi, Maeyama. Assimilação e integração dos Japoneses no Brasil. São Paulo, Vozes, 1973, principalmente a parte II. Dean, Warren. "A pequena propriedade dentro do complexo cafeeiro: sitiantes no município de Rio Claro". Revista de História, 53 (106), abr/jun 1976, p. 487-494. Lopes, Juarez Rubens Brandão. "Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970)". op. cit. Holloway, Thomas H. Imigrantes para o café, op. cit., p. 210-248. Font, Maurício A. "Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-1933". In: Sorj, Bernardo; Cardoso, Fernando H. e Font, Maurício A. Economia e movimentos sociais na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 218-244. Stolcke, Verena. Cafecultura, op. cit., p. 78-90. Alvim, Zuleika M. Brava Gente!, op. cit., p. 148-171. Loureiro, Maria Rita Garcia. Terra, Família e Capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo. Petrópolis, Vozes, 1987.

na região, em 1943, é que o projeto de compra dos colonos se complementar com a estratégia dos grandes proprietários de lotear parte das suas já cansadas terras. A venda de terras perseguia o mesmo ganho que os potentados viram rarear na produção agrícola. Diante de crises seguidas da produção do café e do algodão, buscava-se, naquela conjuntura, sem se abandonar absolutamente o empreendimento agrícola, outras formas de investimento mais rentáveis e menos incertos. Já ao final dos anos 30 processa-se um retalhamento das maiores fazendas. No ano de 1948 a fazenda Cresciumal, em Leme, realiza um grande loteamento numa área de aproximadamente 1.500 hectares. Seus principais compradores foram os colonos e parceiros da região.

"Meu pai era colono na fazenda Araras. Ele tocava café de empreita. Depois, ele veio para o Ibicatu e tocou um ano de colono também no Ibicatu. Depois, a fazenda picou em lotes, a Companhia C.A.I.C picou em lotes e ele tocou mais um ano ou dois anos à terça em sítio de outro proprietário, no algodão. Isto foi em 1936 (...). Em 38, ele comprou um sítio de uns 4 alqueires, mais ou menos. Ele desbravou este sítio e passando mais uns 5 ou 6 anos, ele trocou por um sítio maior de 5 alqueires e uma quarta. Produzindo algodão também".

"Meus pais não eram proprietários. Trabalhavam para fazendeiro, faziam contrato por homem e ganhavam quase nada. Eram colonos, não tinham propriedade, nenhum nada, trabalhavam com café. Em 1950, compramos um pedaço de terra. Conforme a gente ia trabalhando para o fazendeiro, ia adquirindo um dinheirinho e procurando por uma reserva, e logo que apareceu oportunidade na própria fazenda que nós morava, que é aqui no Cresciumal, apareceu terra pra nós comprar e compramos um pedaço de terra e inclusive compramos até um sítio meio bom, 21 alqueires, já de

sopetão. Naquele tempo sabe quanto nós pagamos os 21 alqueire? 210 mil contos, 10 contos o alqueire"

A fragmentação das grandes propriedades consolidou as bases de um mercado de pequenos lotes de terras cuja utilidade para o plantio principal do café era secundária, mas passíveis de serem recuperadas com adubação e correção do solo.⁹ Nos negócios com a terras, feitos diretamente ou através das companhias de loteamento, como a Companhia Agrícola de Imigração e Colonização, a C.A.I.C, o móbil permanecia sempre igual. "As origens mesmo do empreendimento confirmam a finalidade em vista: vender parcelas de terra, visando lucros"¹⁰.

Configurado o mercado de terras, resta saber como os colonos conseguiram fazer suas economias para comprá-las. Longe de serem uma sobra, elas resultavam, em parte, do seu sacrifício ao consumo, de sua frugalidade, tão elogiada pelas elites agrárias. Mas só a parcimônia e moderação não bastariam. Tiveram também que obter outras fontes de renda, ainda que a custo de mais trabalho e sacrifícios. Para quem fora "criado para ser lavrador"¹¹ o aumento da penosidade do trabalho não representaria um preço demasiado.

9 Diniz, José Alexandre Felizola. Organização agrária do município de Araras. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro/ Universidade de Campinas, 1968. p. 72 e ss.

10 Monbeig, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo, op. cit., p.239.

11 Williams, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo, Cia das Letras, 1989. Capítulo 9.

Complementando os rendimentos que obtinham no sistema de colonato, assumiram também as tarefas pela produção, em regime de parceria, e de outros cultivos comerciais que se acrescentavam ao café.

A profunda crise dos anos 30 reduziu em muito a produção cafeeira local sem, contudo, eliminá-la. Respondendo à forte demanda do setor exportador e da indústria têxtil, surge um novo surto algodoeiro. Da mesma forma a elevação do preço da mandioca estimulou a expansão do seu cultivo. Na renda obtida pela parceria destes dois produtos, nos salários e nas vendas dos excedentes de sua produção alimentar encontraremos as fontes do pecúlio, que garantirão a compra dos primeiros sítios pelos produtores familiares.

A imagem que os produtores têm desses novos produtos comerciais expressa a importância do seu significado para suas trajetórias ascendentes. O momento demarcado como início de sua prosperidade se deu "na força do algodão", ou na "força da mandioca", como recorda um produtor, ao descrever a compra da primeira terra pelos pais:

"A força aqui é a lavoura da mandioca. Eles conseguiram comprar terra com mandioca. Plantavam mandioca, arrancavam de 2 anos e mandavam pra fábrica, fazer farinha. Foi assim que eles conseguiram comprar terra".

Se tal como no colonato a parceria se constituía numa modalidade de exploração do trabalho alheio, ela possibilitava também a formação de uma rede de interesses complementares entre os proprietários da terra e os produtores familiares. Sócios na aparência, já que o fazendeiro se apropriava gratuitamente do trabalho excedente do parceiro, este também se apropriava, principalmente nos anos de melhores safras, de parte do seu próprio trabalho. Assim, apesar da desigual condição social, seus interesses com relação à cotação favorável dos produtos comerciais eram partilhados. Na busca da ampliação do montante de sua cota o parceiro não mediria esforços e, se necessário (sabemos o quanto essa necessidade é constante no trabalho agrícola) estenderia ao máximo sua jornada nos campos, o que não contrariava, certamente, o proprietário da fazenda. Do mesmo modo que os incentivos salariais no colonato, o contrato de parceria contemplava, não sem dois pesos e duas medidas, o interesse da família dos trabalhadores e dos proprietários. Aglutinava-os a "argamassa espiritual"¹² do consentimento e do favor.

"Lá na fazenda, nós era um meeiro sempre estimado, porque meu pai obedecia as ordens"

Conyém se precaver, repetindo, contra qualquer visão idílica dessas interdependências entre parceiros e

12 A expressão é de Horkheimer. Ver "Autoridade e família". In Horkheimer, Max. Teoria crítica I. São Paulo, Perspectiva, 1970.

fazendeiros. José Eli da Veiga recolheu em Araras alguns depoimentos preciosíssimos para nossa pesquisa. São histórias de trabalhadores rurais, ex-colonos e parceiros, cuja fortuna, apesar de suas virtudes, não os premiou com a propriedade de um pedaço de terra. Nestes depoimentos encontramos um bom exemplo dos limites da reciprocidade na relação de parceria.

"Eu toquei na meia até 1967. Depois não aguentei mais. Eu achei que era muita exploração. Terras ruins. Aí eu achei que não dava mais. Largamos em 67. Até aí eramos 8 pessoas. Tínhamos quatro carpideiras, duas carroças, um arado, dois gradilhos e uma máquina de plantar. Enfim, a gente estava preparado para trabalhar naquele ramo mesmo. Ser meeiro mesmo (...). Mas, no fim começou a decair, decair, você não tinha mais condições (...). Você pedia 6 alqueires para plantar algodão, ele te dava cinco. Você queria 3 alqueires de milho ele te dava dois. E sempre nas terras mais pensas menos produtivas. Então um foi desacordeando, outro foi mantendo, até exterminar tudo"¹³

Desde que encontrassem um "bom patrão", que ao menos respeitasse os termos dos contratos e não os impedisse de plantar, ao lado de condições favoráveis de pagamento (na região predominava a prática de uma entrada inicial e mais três ou quatro prestações anuais), parceiros e colonos puderam comprar finalmente seus primeiros sítios. Sua estratégia prosseguirá no sentido de ampliar sua área

¹³ Veiga, José Eli da. Pesquisa sobre mudanças nos padrões de consumo e de abastecimento da população assalariada no campo: uma região de expansão da agro-indústria do Estado de São Paulo. São Paulo, Convênio FASE/INAN, 1982. p.31-32.

inicial, através de pequenas e sucessivas compras e vendas ou através do arrendamento.

"Nós demos uma parcela e depois mais três prá pagar. Mas demos a entrada porque era facilitada. Dava uma entrada, acho que era 20% naquela época (1940) e mais três quatro anos prá pagar. Mas nós não tinha quase nada. Nós ganhamos mesmo trabalhando aqui na terra"

"Comecei com 2 alqueires, hoje estou, junto com os filhos que comprei e dei prá eles, estou com 90 alqueires. De um sitinho compramos outro, de outro compramos outro..." <Como veremos, esta área atual está longe de ser típica dos produtores familiares da região>

Simultaneamente à possibilidade real de adquirir terras, várias condições, mais ou menos próximas, mas tão decisivas, também influenciaram seletivamente a trajetória destes produtores familiares. O contexto da difícil reprodução do produtor familiar no algodão foi muito bem sumariado por José de Souza Martins:

"A cultura do algodão ocorre no âmbito de um quadro econômico que transcende muito o poder de decisão do proprietário ou do arrendatário. Esse quadro contém os seguintes elementos fundamentais: a necessidade do preço final da comercialização do algodão tornar-se concorrencial no mercado mundial; a baixa produtividade da indústria têxtil nacional que reclama matéria-prima praticamente subvencionada; a pressão do mercado consumidor interno, preponderantemente urbano, que ao menos a partir da fase do desenvolvimentismo teve que manter nos limites do consumo compatível com uma elevada taxa de acumulação de capital no conjunto do sistema; o poder de estrangulamento da oferta de algodão em caroço por parte das usinas de descaroçamento e enfardamento, na maior parte grandes grupos econômicos estrangeiros que utilizam táticas oligopsonicas no relacionamento com o produtor; a necessidade de atendimento da

capacidade dessas usinas para garantir o seu funcionamento através da manutenção de uma produtividade mínima na agricultura; a decorrente necessidade de utilização compulsória de sementes selecionadas, resistentes a doenças e consequente implantação do monopólio de comercialização das sementes de algodão no Estado de São Paulo; o praticamente compulsório emprego de inseticidas; o alto custo da mão-de-obra volante, temporário, utilizada na colheita".¹⁴

A partir da primeira metade dos anos 40 consolida-se o chamado complexo algodeiro. Os interesses da indústria e do mercado exportador, através da ação direta da Bolsa de Mercadoria de São Paulo, impondo padrões de qualidade e disciplinando a comercialização do algodão viabilizariam a integração econômica, ainda que subordinada, dos lavradores que a estes interesses e critérios conseguissem se adequar.

Certamente não se encontrava disponível, nos parques recursos dos produtores familiares, o capital necessário a esta integração. Ao buscá-lo fora da unidade de produção, e não sendo fácil o empréstimo bancário, terá reforçada a sua interdependência com aqueles mais imediata e localmente interessados no produto do seu trabalho.

"Um dos característicos comuns aos sitiantes produtores de algodão é a necessidade de financiamento, pois raramente podem contar com o capital necessário para 'tocar a lavoura': trata-se de exploração nova, para a qual não estão ainda bem aparelhados. O financiamento pode ser obtido de diferentes fontes: bancos, máquinas de beneficiamento, fazendeiro ou donos de venda,

14 Martins, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975, p. 75.

fontes essas que tomam maior ou menor importância conforme a região. Nas zonas de povoamento antigo, onde já existem velhas vias de comunicação, o crédito é fornecido principalmente pelos vendedores estabelecidos à beira de estradas e pelos fazendeiros locais. Os primeiros têm no financiamento uma maneira de **garantir a freguesia** e os fazendeiros raramente se negam a auxiliar um sitiante que conheça, muitas vezes seu antigo camarada ou colono¹³.

O financiamento obrigatório, além de atar economicamente o produtor familiar, restaurava os laços de dependência pessoal. Renovada, a prática do favor será um poderoso instrumento do processo de sua integração subordinada aos interesses do complexo algodoeiro. Aqui também arcaico e moderno caminham juntos.

"(A produção do algodão) todo ano foi entregue lá. Eu sempre gostei. O preço mais ou menos é como outras máquinas ... O preço quem faz geralmente é a produção: se colhe muito, vende barato. Um ano que se colhe menos é vendido caro. A gente vende para 30 dias o algodão. Daí a 30 dias nunca teve problemas. Eu tive um problema com o filho meu, que não tinha dinheiro para tratar em Campinas. Falei com o dono da máquina e ele disse: olha, não vai comentar nada com ninguém, não vou cobrar nem juros porque é para doença".

Ao mesmo tempo em que se constituía a rede de interesses do complexo algodoeiro, processava-se a interferência direta do Estado, sempre fundamental para a compreensão da história agrária em São Paulo, a começar pela imigração subsidiada. Ao assumir os custos de investimentos caríssimos e de longo retorno, como a estrutura da geração e disseminação de tecnologia agrícola, em particular no campo

¹³ Muller, Nice Lecocq. op. cit., p.113-114.

da genética, e ao impor o monopólio da comercialização de sementes de algodão, o Estado articulava-se aos interesses dominantes do complexo algodoeiro, mas não deixava também de contemplar a integração do produtor familiar, que, por sua vez, se apropriava, desigualmente, dos resultados daquela intervenção.

Corroando, de forma mais abrangente, esta ação estatal, há que se lembrar das políticas de "modernização compulsória"¹⁴, fundadas em vários instrumentos, mas principalmente no crédito agrícola subsidiado, indutores da rápida adoção dos artefatos modernos, químicos e mecânicos, pelos produtores familiares. Tal resultado, porém, foi muito desigual. Se a profunda alteração da base tecnológica permitiu a algumas unidades familiares potenciar sua capacidade de trabalho e garantir sua rentabilidade enquanto componente subalterno dos novos complexos agroindustriais, para outras famílias que trabalhavam no campo, ela resultou na expulsão ou no desemprego. Nesta massa de lavradores total ou parcialmente despossuídos os produtores familiares encontrarão os homens, mulheres e crianças que completariam sua carência de braços na hora das fatigantes colheitas. Trabalhadores volantes, moradores da própria região, ou que migram temporariamente em busca de emprego.

¹⁴ Kageyama, Angela A. et alii. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas, Unicamp, 1987. p.57.

"Um outro tipo de trabalhadores não residentes em Araras são os nordestinos. Deslocam-se anualmente para o município os chamados "baianos", em sua grande maioria, baianos realmente. Hospedam-se em pensões na cidade ou nas próprias propriedades. Predominantemente jovens, de 18 e 25 anos, aproveitam o período de entre-safra na Bahia e se deslocam para o sul. Normalmente são empregados na atividade industrial, onde prestam todo o tipo de serviços, caracterizando-se como mão-de-obra barata e submissa. (...) A sua utilização é maior nas usinas de açúcar, embora sejam encontrados nas fábricas de farinha, raspa e amido de mandioca. (...) Embora mais frequente o trabalho desses volantes na atividade industrial, também ocorre na atividade agrícola, principalmente para a colheita de mandioca plantada em pequenos sítios"¹⁷.

Com os passar dos anos a esses "baianos realmente" se agregarão os alagoanos, cearenses, pernambucanos e demais nordestinos, além de mineiros, paranaenses e paulistas, todos trabalhadores sem terra ou com terra insuficiente para dela retirar os recursos que garantam a reprodução de suas famílias. Complemento indissociável de nossa *modernização conservadora*, o encaminhamento político da questão agrária¹⁸ continuaria ofertando os braços requeridos pelos polos dinâmicos da agricultura moderna. Hoje em dia, "30% dos moradores de Leme vivem em guetos e são migrantes nordestinos"¹⁹. Muitos desses braços, contudo, ainda se recusam ao destino que lhes é imposto, o de serem meros

17 Diniz, José Alexandre Felizola. Organização agrária do município de Araras. op. cit. p.106.

18 Ver: Martine, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. IPEA/IFLAN, 1987.; Sales, Teresa. "Os herdeiros da escravidão". Novos Estudos CEBRAP. 19, dez. 87, p.143-152; Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. A questão agrária na atualidade: quem é o agente do progresso? Rio de Janeiro, PIPSA, 1990.

19 Jornal Folha de São Paulo, 04.11.1991, Caderno Sudeste, p. 8-1.

"viveiros de mão-de-obra", sujeitando-se ao trabalho temporário como estratégia de realização de um projeto futuro.²⁰

Desde os anos 50, várias pesquisas demonstram a relativa importância das técnicas modernas no cultivo do algodão na região em Campinas²¹, quando comparada às demais regiões. Em meados dos anos 60, um levantamento da Casa da Lavoura registra que mais de 90% das tarefas de preparo do solo para o plantio do algodão eram realizadas com trator, as tarefas de cultivo ainda dependiam da tração animal e o uso de inseticidas seguia, como vimos, intenso²². A partir da década de 70 a adoção dos novos pacotes tecnológicos, estimulada pela política de "modernização compulsória", se generalizará de vez e imporá um padrão de produtividade abaixo do qual a unidade de produção familiar não conseguiria atingir níveis mínimos de produtividade. Na medida que as inversões continuadas em tecnologia se constituem mais fortemente numa pressuposição da viabilidade

20 Para uma reflexão sobre a as migrações enquanto estratégia de reprodução, ver Garcia Júnior, Afrânio Raul. O Sul: caminho do rogado - estratégia de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Marco Zero, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1989.

21 Ver Muller, Nice Lecocq. op. cit., p.117; Schuh, Maria Ignez Angeli. Adoção de novos fatores e técnicas na agricultura, município de Campinas, São Paulo, 1963-1964; Viçosa, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, 1967, p.48-90; Fleury, Maria Tereza Leme. A organização do trabalho na lavoura algodoeira paulista. São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 1974, p.65-101.

22 Programa de trabalho da Casa da Lavoura de Leme, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo op.cit., p. 13-20.

da unidade de produção, numa condição fundamental de trabalho, os produtores que não conseguirem pagar o seu preço não mais terão seu lugar nos novos tempos. "Tempos da máquina", "tempos do trator".

"Hoje em dia não funciona na mão, porque ninguém, até mesmo meeiro -geralmente meeiro não pode fazer negócio- tem que ter um tratorzinho para poder ser meeiro. Se ele não tiver um tratorzinho, ele sofre e não faz nada (...). No peito do burro está meio difícil. Precisa de máquina, porque com máquina, pelo menos ele pode plantar, ele pode trabalhar. Se está apertado, vamos supor, ele pode trabalhar um pouquinho à noite (...) então o serviço rende. Agora, com o animal não tem jeito".

A demarcação emblemática dos novos tempos simboliza as profundas alterações sobre o trabalho e seu modo de vida. No "tempo do animal", o número efetivo de braços no grupo doméstico era fundamental, exigindo o trabalho precoce das crianças e a rotina nos campos das mulheres. No "tempo do trator", com a mecanização e a quimificação das tarefas, essa quantidade se reduz profundamente durante o ano agrícola. Se, com a tração de quatro animais, a família precisava de, no mínimo, três pessoas para plantar um alqueire de algodão em dois dias, com o uso de tratores e implementos a mesma tarefa será bem feita com o trabalho de uma hora de duas pessoas. Mas esta redução na necessidade de braços, que libera mulheres e crianças do trabalho mais pesado, não se dá por igual. Angela Kageyama comparou as necessidades médias de mão-de-obra na cultura do algodão em São Paulo nas safras de 1951/52 e 79/80. A quantidade de

trabalho total, requerida na lavoura do algodão, não revelou mudanças significativas. Nos anos 50, a cultura exigia em média 45 homens-dia por hectare e, no ano de 1979, requeria o trabalho de 47 homens-dia. Entretanto, é precisamente na distribuição da necessidade média de trabalho, pelas diferentes fases do ano agrícola, que as alterações chamam a atenção. Se, nas diferentes etapas, o número de trabalhadores se reduz acentuadamente, o mesmo não ocorre durante a colheita. Nesta etapa, que antes ocupava pouco mais de 13 homens, ou seja, 30% da necessidade total de trabalho, passará a demandar, em média, mais de 34 homens-dia por hectare, isto é, mais de 70% do total de trabalho requerido na cultura do algodão. "Isto ocorreu porque o uso intensivo de adubos e defensivos fez aumentar a produtividade por hectare, enquanto que a mecanização reduziu as necessidades de mão-de-obra nas fases iniciais do cultivo"²³ A tecnificação parcial da unidade de produção (visto que a colheita prosseguirá manual), ao mesmo tempo que liberará parte da mão-de-obra familiar antes requerida nas tarefas de preparo do solo, cultivo e controle de pragas, acentuará a dependência dos produtores por trabalho alheio. Também aqui, a moeda do progresso técnico revelará sua face iníqua.

²³ Kageyama, Angela A. "O emprego temporário na agricultura brasileira: seus determinantes e sua evolução recente". Reforma Agrária, 12 (05), set/out 1982, p.10.

Mas não é tal progresso em si mesmo o portador de desgraças e tempestades. Apenas o é tão somente enquanto se constitui num componente da dominação social. Para os produtores que sofreram as penosidades do trabalho árduo, não deixará de ser bem-vindo. Um dos aspectos mais valorizados pelos produtores familiares é a eliminação ou redução das fatigantes tarefas agrícolas. Como vimos, a raleação representava uma verdadeira agonia, quando possível transferida para outros. Essa prática vem sendo progressivamente abandonada, sem desaparecer totalmente, graças ao uso de sementes deslintadas, separadas do seu linter, facilitando seu plantio em máquinas semeadoras.

"(A raleação) está caindo um pouco. Hoje quase ninguém faz. Há um tempo, era obrigatório. Sabe por que? Deixe-me explicar. Por isso, que tem esta semente deslintada, que fala; nós até falamos semente pelada, mas é deslintada. Eles despalam e ela vem peladinha. Então, a gente faz a chapa de acordo, prá não cair mais ou menos. A semente peluda, que fala, já não tem jeito de você regular máquina. Não tem essa máquina que não derrube o pelotinho. Num lugar cai 10, noutra cai 1 ou 2 só. E então, não tem jeito. Então exigia a raleação de qualquer maneira. Mesmo que não queira ralar, exigia. Porque o sr. vê: 5 pés num pelotinho assim um vai estragar o outro. E esta outra, não. Esta outra o sr. controla a chapa direitinho. O sr. fura a chapa de acordo; cai um, dois, um, dois. Então, o sr. vê, a raleação está caindo de uso, por causa disso aí".

Atenuando seu cansaço, a tecnificação da unidade familiar, ao mesmo tempo que potenciará o trabalho de toda a família, a sujeitará a novas formas de domínio. Para ter que

devolver constantemente à terra tudo aquilo que dela retira, sair vitorioso da "luta incessante" contra as pragas e se prover de artefatos modernos, o produtor familiar terá que apelar ao crédito dos "mesmos rapinadores de sempre".

"Tá apertado. Eu acho que tá piorando cada vez mais. No ano passado, a gente tinha 100% de financiamento. Esse ano, já passou a 60%. E o juro é muito alto demais. Não tá tendo condições mais da gente trabalhar assim, com banco, financiar a lavoura".

Na formação destes produtores familiares, múltiplos interesses estiveram em jogo. Tramando seu futuro defrontaram-se com outras estratégias, cuja afinidade e contradição, delimitaram os constrangimentos, que se apresentavam e ainda se apresentam, ora como obstáculos ora como alternativas de acomodação. Sua relação com a terra e com a produção exemplificam sua capacidade de se adaptar às exigências dos tempos modernos.

Capítulo III: A REPRODUÇÃO

Até aqui procuramos privilegiar o complexo de relações tramadas entre os diferentes agentes sociais presentes na constituição da trajetória social dos produtores familiares. Procuraremos agora acompanhar mais de perto como esse produtor familiar elabora sua adaptação às exigências da agricultura moderna. Consideraremos um conjunto de práticas que orientam suas estratégias fundiárias e seu sistema de produção

Estrutura e estratégias fundiárias

A estrutura fundiária da produção familiar apresenta, ao mesmo tempo, significativas diferenças, ao nível das áreas de terra, apesar de uma evidente categoria modal, e um predomínio quase absoluto da propriedade privada como forma principal de acesso à terra. Se verificarmos a distribuição da superfície de terra controlada pelos produtores,

encontraremos, além da clara maioria de unidades entre 20 a 50 ha (64%), também alguns casos de unidades familiares superiores a 200 ha e um pequeno número de unidades inferiores a 20 ha. Em 22% dos casos estão as unidades na classe de mais de 50 até 200 ha.

QUADRO 1

DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR SEGUNDO A ÁREA

Classes de área (ha)	Área Total		Área explorada	
	No	%	No	%
Até 10 ha	—	—	—	—
11 a 20	5	10	8	16
21 a 50	32	64	29	58
51 a 100	8	16	8	16
101 a 200	3	6	3	6
201 a 500	1	2	1	2
501 a 1000	1	2	1	2
TOTAL	50	100	50	100

Fonte: Pesquisa de campo, 1989

A quase totalidade dessas unidades são **propriedades**. Ao menos em nossa amostra, os produtores familiares conseguiram realizar sua ambição de possuir um pedaço de terra. Esta propriedade é majoritariamente individual (43/50). Em sete casos, os produtores firmaram uma associação familiar. Apenas um dos produtores entrevistados não realizou o

projeto de ser proprietário, e trabalha a terra como arrendatário. O acesso a estas propriedades deu-se através da compra de lotes de outros proprietários (58%), por herança (52%) ou ainda através da compra de terras pertencentes a outros membros da família (36%). Este último caso ocorre geralmente quando um parente abandona a atividade agrícola ou quando arranjos são utilizados para compensar a transmissão da terra por herança. Considerando-se essa modalidade de compra ao lado das transmissões por herança, percebe-se o quanto o acesso à propriedade relaciona-se com a família.

As unidades de produção exclusivamente em propriedade são predominantes (23/50). Se acrescentarmos a estas unidades aquelas cuja área em propriedade ultrapassa os 50% da área total, chegaremos a 66% dos casos. Mas a propriedade não é a única forma de acesso à terra.

Alguns produtores buscam, no arrendamento e na parceria, outras formas de aumentar sua área plantada, se bem que em proporções reduzidas. Dos 11 agricultores que também arrendam terras, em 4 casos, a área arrendada ocupa entre 50% a 75% da área total, nos demais é inferior a 50%. Dos que tomam terras em parceria (9/50), em apenas três casos essa área ultrapassa os 50% da superfície total. Geralmente, as áreas são de outros proprietários ou de alguns vizinhos, o que sugere que, em certa medida, o

arrendamento e a parceria possibilitam o cultivo em áreas próximas ou contíguas à unidade de produção. Apesar de minoritárias, quando comparadas com as terras ocupadas por unidades de produção familiar em propriedade, as terras de arrendamento ou parceria são fundamentais. Nelas, o produtor familiar pode começar o processo de instalação de um filho como produtor independente ou viabilizar parte de sua produção agrícola. Embora persista a fome de terras, e a propriedade privada seja encarada pela maioria (66%) como condição fundamental para ser agricultor, 17 entrevistados (34%) consideram que um produtor rural não precisa ser necessariamente um proprietário fundiário. A importância da propriedade, contudo, segue orientando seus projetos futuros. 41 produtores (82%) pretendem aumentar sua área comprando mais terras, apenas um produtor admite ampliar a superfície através do arrendamento, e outros 8 produtores pretendem, conforme as condições, combinar as compras com arrendamento e parceria. Apesar dos preços altíssimos do alqueire na região, as condições desfavoráveis de quem arrenda ou toma terra em parceria não são fatores que motivem a busca de alternativas à propriedade como forma de acesso à terra.

QUADRO 2

PROPORÇÃO DAS ÁREAS EM PROPRIEDADE, ARRENDAMENTO E PARCERIA

	PROPRIEDADE		ARRENDAMENTO		PARCERIA	
	n	%	n	%	n	%
0%	1	2	38	76	41	82
1 a 25%	5	10	1	2	4	8
25 a 50%	11	22	6	12	2	4
50 a 75%	6	12	4	8	3	6
75 a 99%	4	8	-	-	-	-
100%	23	46	1	2	-	-
TOTAL	50	100	50	100	50	100

Fonte: Pesquisa de campo, 1989

Na dinâmica dessa estrutura fundiária particular, encontramos um processo de transmissão da propriedade intimamente relacionado à família. Exatamente 50% dos produtores tiveram o pai como seu predecessor na atual propriedade, em 7 casos (14%) foi o sogro ou um outro parente, sendo que, nos demais (34%), o predecessor era um outro proprietário sem vínculo de parentesco com o atual proprietário. A transmissão da propriedade se faz com a transmissão da condição de agricultor familiar. A grande maioria dos atuais produtores (45/50) teve pai agricultor. A transmissão do patrimônio familiar é predominantemente

igualitária para todos os membros da família (52%). Em poucos casos, ela é igualitária somente para os homens, com alguma compensação para as filhas. Um produtor narrou seu caso de difícil partilha. Seu pai, após pacientemente dividir a terra em lotes maiores e menores em razão da desigualdade de fertilidade e presença de algumas benfeitorias, reuniu os filhos e, num pequeno papel, atribuiu um número a cada uma das parcelas. Recortou, dobrou e procedeu ao sorteio.

Apesar da estratégia que os iguala na luta pela propriedade e pela ampliação do patrimônio fundiário, a evolução da superfície das unidades reafirma a diferenciação entre os produtores familiares. Considerando como ponto de partida a área ocupada pelo predecessor e como ponto de chegada a área atual, os agricultores tiveram dinâmicas bem diferenciadas

EVOLUÇÃO DA ÁREA COM RELAÇÃO AO PREDECESSOR

	n	%
Menor	11	22
Igual	-	-
Pouco maior	3	6
Importante	6	12
Muito importante	30	60

Como se vê, apesar do sonho da propriedade ter se realizado, a possibilidade de ampliá-lo não se dá igualmente para todos: Uma significativa maioria conseguiu ampliar a área de seu predecessor de forma considerável. Entretanto, um grupo de produtores familiares não encontrou meios de segurar a terra inicial e reduziram sua área. Aliás, boa parte do mercado de terras, que ainda se oferece aos produtores, num momento de forte concentração fundiária decorrente da expansão dos cultivos da cana de açúcar e da laranja, é constituído exatamente por pequenos sítios de produtores, que são obrigados a vender suas terras. Tais vendas, contudo, nem sempre representam casos de redução das unidades. Alguns produtores vendem estrategicamente algumas parcelas para logo a seguir readquirem outras maiores, melhores ou mais próximas de seu sítio atual.

Diferenciados na vida real, os produtores carregam o projeto em comum de continuar ampliando seu patrimônio. Como vimos, a compra seria a forma mais privilegiada de acesso a novas terras. Quando comparamos a superfície atual das unidades com a superfície considerada ideal pelos produtores familiares, confirmamos o quanto é generalizada a fome de terras.

SUPERFICIE DE TERRA IDEAL EM RELAÇÃO A SUPERFICIE ATUAL

	n	%
Menor ou igual à área atual	5	10
De 0 a 25% maior	4	8
De 25 a 50% maior	3	6
De 50 a 75% maior	2	4
De 75 a 99% maior	3	6
Maior que 100%	33	66

Se o ideal da grande maioria dos produtores significa no mínimo dobrar a atual área da produção familiar, principalmente através da compra, resta saber como avaliam as possibilidades reais dessa intenção. Neste aspecto, as opiniões se dividem em dois grupos. De um lado, 23 produtores (46%) afirmam que conseguirão atingir o seu alvo de ampliar a atual superfície. De outro, temos alguns mais pessimistas, 21 produtores (42%), que acham que não poderão atingir essa superfície ideal. Os principais fatores indicados como obstáculos à sua expansão fundiária, mesmo pelos otimistas, que acham contudo que irão ultrapassá-los, seriam a ausência de um sistema de crédito fundiário e o altíssimo preço do alqueire de terra na região.

A avidez por mais terra não é justificada em si mesma como um bem estatutário a conferir distinção social aos produtores. Antes, consideram que, com o atual aparato tecnológico que dispõem, com sua capacidade de trabalho

familiar, potenciada e muito por essa tecnologia, e com a relativa disponibilidade de mão-de-obra volante na região, poderiam plantar áreas bem maiores que as atuais. Esta precedência da dimensão econômica da terra, pelo resultado financeiro que ela propicia, revela também uma lógica predominantemente produtiva, antes que patrimonial, a comandar suas estratégias fundiárias.

Em suas elaborações simbólicas sobre o significado da terra, a lógica da produção é primeira em relação à lógica patrimonial. Diante da questão que sugeria a troca do atual estabelecimento por um outro mais importante, em melhores condições, mas numa outra região, a maioria (34/50) respondeu que deixaria a propriedade atual. Dos 16 produtores que recusaram esta proposta, apenas 4 alegaram que se sentiam muito apegados à atual propriedade. A possibilidade de um dia ter que vender suas terras segue também sua lógica de produção. Se a venda fosse necessária para comprar uma área maior em outro lugar, ela seria realizada pela maior parte (39/50) dos produtores. Por outro lado, 20 produtores (40%) admitem vender terras para ajudar os filhos a se instalarem como agricultores, mas 28 deles (56%) se recusariam. Mas se os negócios vêm primeiro, é preciso que se demarque o seu lugar. Reafirmando sua condição de agricultor, a maior parte dos produtores (43/50) não admite vender a terra para investir fora da agricultura, mesmo que esses novos investimentos lhe rendessem mais.

Enquanto meio fundamental de sua produção agrícola, a compra de terras continuará a ser uma estratégia definidora desses produtores familiares. Na opinião de mais da metade dos agricultores, a aplicação de suas economias será principalmente, como de há muito, para a compra de novas parcelas.

Sistema de produção, sistema de valorização

Sob o comando de uma lógica que persegue a valorização do patrimônio familiar, sem dispensar de todo a produção para o autoconsumo, os agricultores familiares terão de recorrer a vários dispositivos para combinar o uso da terra e demais meios de trabalho com a utilização da força de trabalho familiar e assalariada. Como bem sumariava uma publicação rural, "o algodão devolve mas exige capital"¹.

Produzindo essencialmente, ainda que não exclusivamente, matéria-prima para o indústria têxtil, a produção familiar se organiza conforme um sistema de cultura agroindustrial altamente especializado. Mas aqui também encontraremos diferenças importantes no interior mesmo desse sistema dominante.

¹ O Dirigente Rural, maio de 1965.

Direcionando as estratégias de produção pode-se encontrar três lógicas distintas. Assim, um primeiro tipo de produtor, que poderíamos chamar de **especializado** (15/50) dedica-se exclusivamente à produção de algodão, ainda que tenha uma pequena produção vegetal e animal para sua subsistência. Um segundo tipo de produtor complementarà a produção do algodão com um a três produtos comerciais e poderíamos chamá-lo de **semi-especializado** (21/50). O terceiro tipo de produtor seria mais **diversificado** (14/50), produzindo quatro a mais produtos comerciais. Estas lógicas, entretanto, não resultam apenas da escolha consciente do produtor familiar. Assim, nas áreas inferiores a 50 ha, predominam os produtores especializados ou semi-especializados. A limitação no tamanho da unidade de produção impõe restrições a uma maior diversificação.

Os cultivos basicamente comerciais complementares ao algodão são o trigo, produzido por 13 agricultores, as sementes selecionadas, cultivadas por 6 produtores e a soja, plantada por apenas 4 produtores. Praticamente a totalidade desses produtos é comercializada. Outros produtos comercializados, mas em grau muito menor por serem produtos de autoconsumo, são o milho, produzido por 40 dos 50 entrevistados, porém comercializado apenas por 18 produtores, o arroz, produzido por 40 produtores, mas comercializado apenas por 15 agricultores, o feijão produzido em 29 unidades e vendido por 11 agricultores e a

cana-de-açúcar, cultivada por 19 produtores e vendida por 8. Muito pouco da produção animal é comercializada.

Apesar da sua importância para a organização do sistema de produção, a soma das áreas ocupadas por esses cultivos alternativos atinge apenas 2/3 da superfície ocupada pelo algodão. Algumas safras ruins, o aparecimento do "bicudo", uma praga de difícil controle e caro combate, ao lado das cotações desfavoráveis, resultaram numa redução progressiva dos plantio do algodão da região.

A produção para o autoconsumo é significativa, como se vê pelo seu excedente comercializado. Em média, os agricultores produzem 80% de suas necessidades de consumo de arroz e carne de porco, e entre 60 a 80% das necessidades do que consomem de aves, ovos, frutas, feijão, legumes, verduras e leite. A comercialização desses produtos geralmente é feita para as usinas de cana, para firmas de beneficiamento de arroz e trigo, cooperativas ou através de venda direta ao consumidor.

Com relação ao algodão, é preciso distingui-lo dos demais produtos vegetais e da produção animal. O complexo agroindustrial do algodão é constituído por um certo número de agentes sociais. Seguindo o caminho da demanda da matéria-prima, registram-se, inicialmente, a indústria têxtil e o setor de exportação. Estes recebem o algodão em

pluma de uma rede de comerciantes locais, que a adquirem diretamente dos produtores rurais. Na verdade, estes comerciantes são industriais - ou "maquinistas", como são chamados - , pois realizam um primeiro beneficiamento do produto por eles comprados.

Os produtores são livres para efetuar a venda de seu produto, pois as indústrias compradoras não estabelecem contratos de produção com os agricultores. A troca de "máquina", em função dos interesses dos produtores é facilitada, na medida em que há várias usinas sediadas na própria cidade de Leme, bem como em outras cidades vizinhas, acessíveis aos produtores.

Para o produtor, o procedimento usual consiste em entregar o produto, sob a forma de algodão em caroço, na sede da usina beneficiadora, à medida em que ele é colhido. O preço é fixado em função da classificação obtida e obedecendo às normas da política de preços mínimos. O algodão é então beneficiado e a pluma resultante deste processo é, daí por diante, propriedade da "máquina". Dissimulada pela relação de compra e venda da matéria prima, se esconde uma antiga forma de rapina.

Excepcionalmente, alguns produtores, sobretudo os com maior capacidade, adotam o sistema de mandar beneficiar o seu produto, retendo a posse do algodão em pluma dele

obtido. Neste caso, o produtor rural assume o custo do beneficiamento e do armazenamento e as funções de comercialização e de transformação distinguem-se ao nível de seus agentes.

E possível, portanto, haver diferenças acentuadas entre os preços recebidos pelos produtores, que refletem sua capacidade de estocar o produto e de aguardar melhores ocasiões de venda. O produtor recebe da indústria o equivalente ao preço do produto adquirido, deduzidos os adiantamentos efetuados para o pagamento dos salários dos colhedores de algodão e os eventuais custos de armazenamento e transporte assumidos pela "máquina".

O uso da terra é intenso. Nenhum produtor da amostra realiza pousio. Alegam que apesar de necessário, não teriam como compensar economicamente a área em descanso. As técnicas modernas são predominantes em 90% das unidades. Afora as sementes selecionadas, o uso de fertilizantes e defensivos químicos é generalizado. Todos os produtores possuem ao menos um trator e a maioria (62%) mais de um. A capacidade média disponível de trator por um ha de superfície explorada é de 3,2 hp. No entanto a mecanização da produção do algodão acompanha o modelo de nossa modernização parcial e incompleta e a colheita continua uma tarefa manual.

A tecnificação do sistema de produção, que recebeu forte estímulo, principalmente nos anos 70, com as políticas de crédito subsidiado, parece também ter sido uma estratégia deliberada dos agricultores. Comparando-se com seu predecessor a quase totalidade (48/49) avalia que realizou melhorias na unidade de produção; adquiriu mais equipamentos (45/49); adotou novas técnicas de produção (43/49) aumentou o rendimento dos cultivos (43/49) e se utilizou de mais empréstimos (35/49).

O trabalho de todos os dias continua intimamente ligado à família. Entretanto, neste sistema de produção há que se considerar a divisão do trabalho entre os membros da família e uma divisão social do trabalho entre os produtores familiares e os trabalhadores assalariados.

A produção do algodão constitui o principal elemento responsável pela forma como o trabalho familiar é organizado pelos agricultores. Graças à mecanização, comum a todos os entrevistados, não é demasiada a quantidade de trabalho necessário para as fases do preparo do solo, plantio e tratos culturais. O trabalho pode ser realizado por alguns membros da família e, em certos casos, complementado por parceiros ou empregados permanentes.

Na divisão do trabalho familiar, os homens (pai, filhos e genros) assumem praticamente sozinhos as tarefas

mecanizadas. As tarefas de comercialização e contabilidade são quase sempre controladas pelo chefe da unidade de produção familiar. As mulheres (esposa, filhas e noras) só têm uma participação um pouco maior nas atividades de capina ou colheita manual, parte da criação animal e na horta doméstica. Se considerarmos a média anual do tempo de trabalho dedicado ao estabelecimento, desconsiderando o trabalho doméstico e as atividades complementares, o quadro que obtemos é predominantemente masculino, revelando contudo um papel estratégico, ainda que reduzido, do trabalho das mulheres.

MÉDIA ANUAL DO TEMPO DE TRABALHO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA
DEDICADO AO ESTABELECIMENTO

% de tempo	Chefe		Esposa		Filhos		Filhas	
	n	%	n	%	n	%	n	%
0%	3	6	24	48	18	36	36	72
de 0 a 25%	4	8	13	26	1	2	6	12
de 25 a 50%	4	8	11	22	2	4	2	4
de 50 a 75%	1	2	1	2	2	4	1	2
de 75 a 99%	4	8	-	-	3	6	2	4
100%	34	68	1	2	24	48	3	6
TOTAL	50	100	50	100	50	100	50	100

O trabalho agrícola, em suas diversas fases, continua sendo realizado pelo agricultor e seus filhos. Ele é um

"proprietário que trabalha"². Se, por um lado, assume as tarefas de gestão e controle de sua empresa familiar, por outro, não se livrou das tarefas de execução dos trabalhos nos campos. Seus ganhos, desta forma, não decorrem tão somente da propriedade dos meios de produção e da terra, mas também resulta do seu próprio suor. Terá que lutar contra os mesmos rapinadores de sempre, pela apropriação real desse ganho. Por outro lado, para produzir esse ganho, nas condições sociais em que se situa, o seu trabalho e o dos filhos é insuficiente.

Duas são as principais formas de emprego dos trabalhadores assalariados: O contrato direto, sem mediação, de trabalhadores permanentes, e a contratação de mão de obra temporária, intermediada por um empresário, negociante de braço alheio. Em 12 unidades, contrata-se trabalhadores permanentes. Todos os produtores empregam trabalhadores temporários para a colheita. A colheita manual dura cerca de 75 dias e pode envolver de 3 a 100 trabalhadores, sendo mais frequente os pequenos bandos, que variam de 6 a 20 trabalhadores. Para alguns produtores, a colheita, muito mais que os pesticidas, representa o seu verdadeiro veneno. Momento de forte tensão, os produtores familiares têm que se defrontar com as reclamações e indisciplinas desses trabalhadores volantes. Aliás, muitos deles, trabalhadores familiares, pois apanham o algodão com a ajuda de seus

² Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. Trajetória social e projeto de autonomia, op. cit., p. 75 e ss.

filhos, que desde criança acompanham suas mães aos campos de trabalho.

Algumas alternativas à colheita já foram tentadas na região. O uso de colheitadeiras importadas apareceu como alternativa eficiente em tempos quando a disputa pela mão-de-obra era acirrada. Com a culturas da cana e da laranja é contínuo o fluxo dos trabalhadores rurais para as cidades, aumentando a massa de despossuídos que procuram emprego temporário. Sendo o momento da apanha do algodão compatível com a colheita daqueles produtos, o mercado de trabalho na região foi fortalecido, em razão dos volantes encontrar trabalho em vários meses do ano. O uso das colheitadeiras não foi de todo abandonado. Nas grandes propriedades algumas máquinas importadas são utilizadas, como a John Deere americana. Encontra-se em fase de avaliação uma colheitadeira produzida pela Dedimaq, em convênio com a empresa soviética Tractoro Export. Talvez venha da União Soviética uma solução que ao que parece lá mesmo não se disseminou.

Boris Schnaiderman nos fala de um artigo de um jornalista russo, Aleksandr Triepliôv, cujo título joga com a ambiguidade da expressão *Khlopkoráb*, que pode significar tanto "trabalhador do algodão" quanto "escravo do algodão". A reportagem denuncia o trabalho de crianças nos algodoeiros do Uzbequeistão. O texto vem acompanhado do retrato de um

menino triste e sério junto a um algodoal. 'Este é Damir. Ele agora está colhendo algodão. Eu lhe pedi muito que sorrisse. Mas não conseguiu'. (...) Nas ruas da cidade e nas estradas, ele viu 'out-doors' com a imagem de um homem sorridente segurando capulhos de algodão a mancheias. 'Os adultos sorriem, e quem colhe são as crianças. Talvez alguma coisa valha a pena retirar os cartazes das ruas ou as crianças do campo?'

Suportada como um pesado fardo pelo agricultores, a compra da força de trabalho, ainda que mediada e temporária, desvela o conteúdo essencial de suas estratégias produtivas. Seu patrimônio, a terra e os artefatos moto-mecânicos materializam o resultado do seu próprio trabalho, e lhes conferem, ainda que momentaneamente, o poder de dispor do trabalho alheio. O agulhão foi transferido, mas os rapinadores continuam na espreita.

"Pobreza não é desonra". Muito bem. No entanto, desonram os pobres. Fazem isso e o consolam com o provérbio. Este é daqueles que antigamente se poderiam admitir como válidos, mas cuja data de vencimento já chegou há muito tempo. Do mesmo modo como aquele brutal 'quem não trabalha não come'. Quando havia trabalho que alimentava seu homem havia também pobreza que não desonrava, quando o atingia por má colheita ou outra fatalidade. Mas é desonra, sim, essa penúria, da qual milhões já nascem dentro, e em que são enredados centenas de milhares, que empobrecem. Sujeira e miséria crescem como muros, obra de mãos invisíveis, em torno deles"

Walter Benjamin

3 Schnaiderman, Boris. "A URSS e a 'cultura das catacumbas'". Jornal Folha de São Paulo, 22.04.89, p. 0.4.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.
- ALBUQUERQUE, Rui H.P.L.de. Capital comercial, indústria têxtil, e produção agrícola: as relações de produção na cotonicultura paulista - 1920-1950. São Paulo, Fucitec, Brasília, CNPq, 1983.
- ALGODÃO devolve mas exige capital. O Dirigente Rural. São Paulo, mai 1965.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. "Redescobrimo a família rural". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1 (1), 1986.
- ALVIN, Zuleika M. F. Brava Gente! os italianos em São Paulo. (1870-1920). São Paulo, Brasiliense, 1986.
- BASSANEZZI, Maria Silvia C. Beozzo. Fazenda Santa Gertrudes: uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma grande propriedade rural paulista. 1895-1930. Rio Claro, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1973.
- _____. Família e força de trabalho no colonato: subsídios para a compreensão da dinâmica demográfica no período cafeeiro. Campinas, NEPO, UNICAMP, 1986.

- BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo, Pioneira, 1977.
- BERNARDES, Nilo. Características gerais da agricultura brasileira em meados dos século XX. Revista Brasileira de Geografia e Estatística. 23 (2) abr/jun 1961.
- BOSI, Ecléa. Memória e sociedades: lembranças de velhos. São Paulo, T.A. Queiróz, 1979.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os caipiras de São Paulo. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- BRANT, Vinicius Caldeira. "Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis". Estudos Cebrap. 19, jan mar 1977.
- _____ e PRANDI, Reginaldo. (coord.). Produtividade e educação em meio rural: produtores familiares de feijão no Brasil. Cadernos Cebrap, 9 (Nova Série) 1986.
- CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, Duas Cidades, 1971.
- CANETTI, Elias. Massa e poder. São Paulo, Melhoramentos, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1983.
- CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.
- _____ et alli. Chayanov y la teoría de la economía campesina. México, Siglo XXI, 1981. (Cuadernos de Pasado y Presente 94).

- CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o estado: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
- COTONICULTORES aplaudem os incentivos do Estado. Revista dos Mercados. Bolsa de Mercadorias de São Paulo, mai/jun 1972.
- CRISENOY, Chantal de. Lénine face aux mujiks. Paris, Editions du Seuil, 1978.
- CRUZ, Verino Ramos. Instruções para a cultura do algodão. Campinas, CATI, 1988.
- DEAN, Warren. "A pequena propriedade dentro do complexo cafeeiro: sitiantes no município de Rio Claro". Revista de História. 53 (106), abr/jan 1976.
- DELGADO, Guilherme. Capital financeiro e agricultura no Brasil - 1965-1985. São Paulo, Icone, Edunicamp, 1985.
- D'INCAO, Maria Conceição. O "boia-fria": acumulação e miséria. Petrópolis, Vozes, 1976.
- DINIZ, José Alexandre Felizola. Organização agrária do município de Araras. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Universidade de Campinas, 1968.
- DURHAN, Eunice Ribeiro. Assimilação e mobilidade: a história do imigrante italiano num município paulista. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1966.
- EISENBERG, Peter L. Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séculos XVIII e XIX. Campinas, Editora da UNICAMP, 1989.
- ETTORI, Oscar. Cultura do algodão. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Subdivisão de Economia Rural, 1957.

- FLEURY, Maria Teresa Leme. A organização do trabalho na lavoura algodoeira paulista. São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 1974.
- FONT, Mauricio A. "Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-1933". Sorj, Bernardo; Cardoso, Fernando Henrique e Font, Mauricio A.. Economia e movimentos sociais na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- FORACCHI, Marialice M. "A valorização do trabalho na ascensão social dos imigrantes". Revista do Museu Paulista, XIV, 1963.
- FRAGA, Constantino. "Grandeza, retraimento e consolidação da cotonicultura paulista". Agricultura em São Paulo. 13 (1/2), 1966.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Kairós, 1983.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. O Sul: caminho do roçado -- estratégia de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Marco Zero, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1989.
- GENTIL, L. V. "Mecanização da lavoura algodoeira". A Grania. 25/27, abr 1974.
- GLEDSON, John. Machado de Assis: ficção e história. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernardo e WILKINSON, John. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- HALL, Michael M. "Italianos em São Paulo (1880-1920)". Anais do Museu Paulista. São Paulo, USP, XXIX, 1979.
- _____. "Trabalhadores Imigrantes". Trabalhadores, 3, 1989.
- _____. e Stolcke, Verena. "Greves de colonos na Primeira República". II Seminário de Relações de Trabalho e Movimentos Sociais. São Paulo, CEDEC, 1979. (mimeo)
- HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- HORKHEIMER, Max. Teoria crítica: uma documentação. Tomo I. São Paulo, Perspectiva, 1990.
- HUNNICUTT, Benjamin H. Algodão: cultivo e comércio. São Paulo, São Paulo Editora Ltda, 1936.
- KAGEYAMA, Angela A. "O emprego temporário na agricultura brasileiras: seus determinantes e sua evolução recente". Reforma Agrária, 12 (05), set/out 1982.
- _____. et alli. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas, UNICAMP, 1987.
- _____. e BERGAMASCO, Sônia M.F. "A estrutura da produção no campo em 1980". Perspectiva, 12/13, 1990.
- KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1987.

LAMARCHE, Hugues. "L'Evolution des rapports sociaux de production - L'Economique n'explique plus tout". Cahiers de l'observation du changement social, VII, Paris, CNRS, 1982.

_____. (coord.) Les capacités d'adaptation de l'exploitation familiale agricole: comparaison internationale. Nanterre, CNRS, 1987.

_____. (coord.) L'Agriculture Familiale - comparaison internationale. I - Une réalité polymorphe. Paris, Editions L'Harmattan, 1991.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. "Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo". Caderno Cebrap, 26, 1976.

_____. "Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970)". Estudos Cebrap, 22, out/dez 1977.

_____. "Produção familiar na agricultura e a questão agrária". Anais do Seminário Revisão Crítica da Produção Sociológica voltada para a Agricultura. Cebrap, 1983.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Terra, família e capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo. Petrópolis, Vozes, 1987.

MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. Brasília, IPEA/IPLAN, 1989.

_____. e GARCIA, Ronaldo (org.) Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo, Caetes, Hucitec, 1987.

- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975.
- _____. O cativo da terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- MARTINS, R. Cruz. Instruções práticas sobre a cultura do algodoeiro. Instituto Agronômico de Campinas, 1934.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- MELLO, Fernando Homem de. O problema alimentar no Brasil: a importância dos desequilíbrios tecnológicos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- MENDRAS, Henri e Tavernier, Yves. Terre, paysans et politiques: structure agraires, systèmes politiques et politiques agricoles. Paris, SEIDEIS, CNRS, 1969.
- _____. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- _____. La fin des paysans? changement et innovations dans les sociétés rurales françaises. Paris, Armand Colin, 1970.
- MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo, Hucitec e Polis, 1984.
- MOORE JR., Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses no mundo moderno. Lisboa, Edições Cosmos, Santos, Martins Fontes, 1975.
- _____. Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- MULLER, Geraldo. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo, Hucitec, 1989.

- MULLER, Nice Lecocq. Sítios e sitiantes em São Paulo. São Paulo, USP, 1951. (Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 132).
- NABUCCO, Joaquim. O Abolicionismo. Petrópolis, Vozes, 1988.
- NIETZSCHE, Friedrich. Obras incompletas. São Paulo, Abril Cultural, 1974. (OS PENSADORES, XXXII).
- NOVE, Alec. A economia do socialismo possível. São Paulo, Atica, 1989.
- PAIVA, Rui Miller e MELLO, Mário Homem de. "Estudo sobre a agricultura de sitiantes". Revista do Arquivo Municipal. 8 (86), out/nov 1942.
- PASSOS, Sebastião Messias de Godoy. Algodão. Campinas, Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1977.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. O imigrante e a pequena propriedade. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. A classe operária no Brasil: 1889-1930. Documentos, vol. I: o movimento operário. São Paulo, Alfa e Omega, 1979.
- A classe operária no Brasil: 1889-1930. Documentos, vol. II: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. (coord.). Trabalho escravo, economia e sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- PRADO, Antonio Arnoni. Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura. São Paulo, Brasiliense, 1986.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo, Duas Cidades, 1973.

SAITO, Hiroshi e TAKASHI, Maeyama. Assimilação e integração de japoneses no Brasil. São Paulo, Vozes, 1973.

SALES, Teresa. "Os herdeiros da escravidão". Novos Estudos Cebrap, 19, dez 1987.

SALLUM JUNIOR, Brasílio. Capitalismo e cafeicultura: Oeste paulista, 1888-1930. São Paulo, Duas Cidades, 1982.

SCHNAIDERMAN, Boris. "A URSS e a 'cultura das catacumbas'". Folha de São Paulo, 22.04.89, p. G.4.

SCHUH, Maria Ignez Angeli. Adocção de novos fatores e técnicas na agricultura, município de Campinas, São Paulo, 1963-1964. Viçosa, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, 1967.

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo, Duas Cidades, 1988.

_____. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo, Duas Cidades, 1990.

SECRETARIA DA AGRICULTURA do Estado de São Paulo. Programa de trabalho da Casa da Lavoura de Leme. Departamento da Produção Vegetal, 1964.

_____. Cultura do Algodão. Diagnóstico local. Casa da Lavoura de Leme. CATI, 1969.

_____. Indústria e Comércio de São Paulo. A Cultura do algodoeiro - instruções práticas aos pequenos lavradores. São Paulo, Diretoria de Publicidade, 1930.

_____. "Características da lavoura algodoeira em São Paulo". Agricultura em São Paulo. 2 (4), 1952.

_____. "Uso de braços, animais e máquinas na lavoura algodoeira". Agricultura em São Paulo. 2 (10) 1952.

_____. Você pode colher mais de 200 arrobas de algodão por alqueire. São Paulo, Departamento de Produção Vegetal, 1957.
SEMINÁRIO brasileiro sobre colheita mecânica do algodão.
Revista dos Mercados. Bolsa de Mercadorias de São Paulo, jul/dez 1977.

SERVOLIN, Claude. "Les politiques agricoles". Traité de science politique, IV. Paris, PUF, 1985.

_____. L'Agriculture moderne. Paris. Editions du Seuil, 1989.

SHANIN, Teodor. "A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista". Estudos Cebap, 26, 1980.

SILVA, José Graziano da. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura brasileira. São Paulo, Mucitec, 1978.

_____. (coord.) A tecnificação da agricultura paulista. - 1960-1975. Convênio UNICAMP/FINEP. Campinas, 1982.

_____. (coord.) Diferenciación campesina y cambio tecnológicos el caso de los productores de frijol en São Paulo. Campinas, UNICAMP/IICA, 1982.

_____ e Stolcke, Verena (Org.). A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981.

SLINES, Robert W. "Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, Século XIX)". Estudos Econômicos, 17 (2), mai/ago 1987.

_____. "Lares Negros, Olhares Brancos: histórias da família escrava no século XIX". Revista Brasileira de História. São Paulo, 8 (16), mar/ago 1988.

STANEK, Oleg. L'exploitation familiale dans l'Est du Québec: enquête comparative sur les capacités d'adaptation de la ferme familiale. (texte préliminaire). Rimouski, Université du Québec à Rimouski, 1990.

STAROBINSKI, Jean.. 1789: Os emblemas da raça. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

STOLCKE, Verena. Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____ e Hall, Michael. "A introdução do trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo". Revista Brasileira de História. São Paulo, 3 (6), set 1983.

SZUREK, Jean-Charles. "Les paysans chez Lénine: 'classe' ou 'strate'". L'Homme et la Société. 45-46, 1977.

Vários Autores. Cultura e adubação do algodoeiro. São Paulo, Instituto Brasileiro da Fostassa, 1965.

VEIGA, José Eli da. Pesquisa sobre mudanças nos padrões de consumo e de abastecimento da população assalariada no

campos uma região de expansão da agro-indústria do Estado de São Paulo. São Paulo, Convênio FASE/INAN, 1982.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O camponês: um trabalhador para o capital. Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília, 2 (1): 13-78, jan/abr 1985.

..... Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão na região de Campinas, São Paulo. Campinas, UNICAMP, 1988. (Cadernos IFCH, 19)

..... A questão agrária na atualidade: quem é o agente do progresso? Rio de Janeiro, PIPSA, 1990.

WEBER, Max. Economia y sociedad. México D.F., Fondo de Cultura Económica, 1984.

..... A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Pioneira, 1985.

..... "Enquête sur la situation des ouvriers agricoles à l'est de l'Elbe - Conclusions prospectives". Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 65, nov 1986.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.